UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

SIMONE TELES DA SILVA SANTOS

L03 = Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO - BA

Salvador
2020

SIMONE TELES DA SILVA SANTOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO - BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade/PPGEduC da Universidade do Estado da Bahia – UNEB como requisito parcial para obtenção ao grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade.

Orientador: Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim.

Salvador
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

S237e Santos, Simone Teles da Silva

Educação Ambiental e Alimentação Escolar: Percepções dos sujeitos de uma escola no Município de Serra do Ramalho - BA / Simone Teles da Silva Santos.-- Salvador, 2020.

105 fls : il.

Orientador(a): Prof.Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC, Câmpus I. 2020.

1.Educação Ambiental. 2.Alimentação Escolar. 3.Horta escolar.

CDD: 370

FOLHA DE APROVAÇÃO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO - BA

SIMONE TELES DA SILVA SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 11 de maio de 2020, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

Prof. Dr. Heron Ferreira Souza
Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia Baiano - IFBaiano
Doutorado em Educação
Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil

Prof. Dr. Francisco Emanuel Matos Brito
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil

Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Análise Geográfica Regional
Universidade de Barcelona, UB, Espanha

Ao meu esposo Juvêncio, meus filhos Matheus e Murilo, meu Neto Davi e para meu irmão Claudio Alexandre “em memória” pelo que representam em minha vida, por ter-me apoiado e interagi com o mundo a qual me submeti propiciando atingi tão grande bagagem de conhecimento.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

I

Vamos tratar de um assunto
Que é de muita preocupação
A verdade vamos contar
Sobre o que acontece na educação
Modalidade EJA escola do Campo
E Educação Ambiental sofre
transformação

II

A gestão ambiental na maioria das vezes
É desenvolvida na Reserva Nacional
O foco são políticas públicas
Para área ambiental
Envolvendo atividades de educação
Consideradas não formal

III

É preciso mencionar
Que educação ambiental
Também é atividade escolar
Por que não envolver o local?
No processo formativo da sociedade
Em que as pessoas dariam o aval!

IV

Mas deixa lhe dizer bem baixinho
O que faz o processo educacional
Desvaloriza os conhecimentos das pessoas
Sobre educação ambiental
E para completar vem a segregação
Da autonomia da comunidade local

V

Mas educação ambiental
Por si é processo de aprendizagem
Que valoriza o conhecimento e
Proporciona construção de bagagem
Educação ambiental firma
O diálogo da população em coletividade

VI

Vamos todos lutar
Juntando os movimentos numa conversão
Para Agregar a todos autonomias
E contribuir para a transformação
Requerendo direitos e valores
Visando mudanças na educação

VII

Quando a educação agrega
Povos tradicionais têm seus valores
Respeitados na tomada de decisão
Os agricultores e os pescadores
Podem articular a discussão
Eliminando o poder dos opressores.

EDUCAÇÃO

I

Lutar por melhorias
Vamos movimentos sociais
Tirar da situação de oprimido
Educandos e povos tradicionais
Com sabedoria vamos,
Pensar em novos projetos educacionais

II

A Educação Ambiental no Campo
Versa e efetiva essa ação
Na modalidade de educação EJA
Promove autonomia e emancipação
Mudando o rumo educacional
Do nosso povo nessa Nação

III

Na educação do/no campo
A modalidade da EJA busca transformação
Constituir novos agentes na comunidade
Para agir em prol de efetivação
Das políticas públicas vigentes
E direitos assegurados na legislação

IV

Nada de enganação e assistencialismo
Somos pessoas com direitos adquiridos
Para elucidar não somos coitadinhos
Não queremos viver como oprimidos
Nem degradando a natureza,
Mas tudo deve ser bem esclarecido

V

Tendo a educação ambiental
Tudo pode ser ressignificado
E efetivada com certeza
No espaço do campo contextualizado
Refletindo a vivência dos camponeses
Em um currículo humanizado

VI

Para findar o toar
É preciso refletir e alertar
O que queremos são execuções
De políticas públicas neste lugar
Com educação que ressignifique a cultura
Nas comunidades que não param de lutar

(S. Simone Teles da Silva, 2018)

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda sabedoria e amor!...
A Juvêncio esposo, Matheus e Murilo meus filhos e Davi meu neto pelo incentivo, amor, compreensão e apoio...
A Claudio Alexandre - Éta (in memorian) meu irmão amado pelo legado de amor, bondade e perseverança deixado, ...
À Maria mãe e meus queridos/as irmãos, irmãs, sobrinhas, sobrinhos, sobrinhos netos, tias e tios, pelas lições de vida;
A Edgar meu sogro, Rosalina (in memorian), meus cunhados e cunhadas por toda dedicação propensa a mim. A dona Isabel pelas palavras de incentivo e o carinho.
A todos que fazem a UNEB e ao PPGEduC ser realidade;
Ao prof. Orientador Avelar Luiz Bastos Mutim e aos professores Dr. Membros da banca examinadora;
Ao prof. Dr. Heron Ferreira Souza por toda contribuição e sugestões na qualificação deste trabalho;
Ao prof. Dr. Francisco Matos Brito pelas contribuições na qualificação deste trabalho;
Ao prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes pelas contribuições na defesa deste trabalho;
A todos que fazem a UNEB e ao PPGEduC ser realidade, e em especial a Sônia, Aline, Ana Carla, Betson, Seu Fernando, Seu Antônio, pelas valiosas contribuições;
À Zezé Vasconcelos, Brune, Dorinha, Luzia, Sandra, Tatiane Pereira e Tatiana Carvalho que contribuíram diretamente para o meu crescimento pessoal e acadêmico.
À Priscila, Luís Geraldo, Selma Santos e Rita Oliveira pelas palavras de incentivo;
Aos colegas da turma 2018.1 mestrado;
A todas e todos os componentes do GEPET;
Às amigas Carmem de Miranda, Edna Moreira, Isa, Ruth e ao amigo Edson por todo incentivo nesses dois anos de mestrado;
A todos e todas diretora, professoras, professores Lauro (in memorian), secretária, servidoras e servidores de apoio, coordenadores, estudantes pais e responsáveis por estudantes da Escola Municipal Bartolomeu Guedes/Fechadinha, e a Secretaria de Educação de Serra do Ramalho na pessoa de Cida pelas trocas de experiências e diálogos para a aquisição do conhecimento gratidão!
A todas e todos os Agentes Sociais Envolvidos no Processo que direta ou indiretamente contribuíram de alguma forma para que esta parte da trajetória fosse concluída.

Meus agradecimentos.

Um Forte Abraço!

S. Simone Teles da Silva,

Hoje, minha certeza é outra: penso que, no dia a dia, mudando passo a passo, com pequenas mudanças numa certa direção, podemos operar a grande mudança, a qual poderá acontecer como resultado de um esforço contínuo, solidário e paciente. E o mais importante: isso pode ser feito já. Não é preciso mais esperar para mudar.

(Moacir Gadotti, 1998, p. 20)

O ser humano é prático, ativo, uma vez que é pela ação que modifica o meio ambiente que o cerca, tornando-o satisfatório as suas necessidades; e enquanto transforma a realidade, constrói a si mesmo no seio de relações sociais determinadas.

(Cipriano Luckesi, 1994, p. 110).

RESUMO

Esta pesquisa orientou-se em torno da questão de pesquisa: qual a relação entre as políticas de Educação Ambiental e o Programa de Alimentação Escolar (PNAE) tendo como referência as percepções, ações e práticas dos sujeitos diretamente envolvidos no processo educativo (professores, estudantes, coordenadores pedagógicos e pais/mães/responsáveis. Foram objetivos específicos: a) Analisar as relações entre a política de Educação Ambiental com a Alimentação Escolar; b) Identificar as percepções dos sujeitos da Escola Municipal Bartolomeu Guedes - EMBG sobre a relação entre a educação ambiental e alimentação escolar no processo educativo; e c) Verificar como as percepções dos sujeitos sobre a relação entre Educação Ambiental e Alimentação Escolar influenciam as ações e práticas educativas desenvolvidas na escola. Adotou-se a abordagem qualitativa, tendo como instrumento para a coleta de informações: documentos oficiais, observação participante, entrevistas semiestruturadas. Para análise das informações coletadas utilizou-se análise de conteúdo. O estudo demonstrou a importância central adquirida pela horta escolar nas práticas educativas da Educação Ambiental mobilizando temáticas como alimentação saudável e segurança alimentar. Essa focalização na horta escolar representa um movimento em curso no município sobre a discussão de agroecologia, por vezes confundida meramente como agricultura orgânica (com suas relações no âmbito das ações e políticas desenvolvidas nos últimos anos a nível territorial, estadual e nacional). Enquanto isso, as pistas apresentadas no Programa Nacional de Alimentação Escolar sobre a discussão de alimentação saudável na perspectiva da prática educativa na escola só têm efetivamente se concretizado a partir das ações de Educação Ambiental e do projeto horta escolar.

Palavras-chaves: Educação Ambiental. Alimentação Escolar. Horta escolar.

ABSTRACT

This research was oriented around the research question: what is the relationship between Environmental Education policies and the School Food Program (PNAE) having as reference the perceptions, actions and practices of the subjects directly involved in the educational process (teachers, students , pedagogical coordinators and parents / guardians Specific objectives were: a) To analyze the relationship between the Environmental Education policy and School Feeding; b) Identify the perceptions of the subjects of the Bartolomeu Guedes-EMBG Municipal School about the relationship between environmental education and school meals in the educational process; and c) Verify how the subjects' perceptions about the relationship between Environmental Education and School Feeding influence the educational actions and practices developed at school. The qualitative approach was adopted with the instrument for collecting information: official documents, participant observation, semi-structured interviews. To analyze the information collected, content analysis was used. The study demonstrated the central importance acquired by the school garden in the educational practices of Environmental Education, mobilizing themes such as healthy eating and food security. This focus on the school garden represents an ongoing movement in the municipality regarding the discussion of agroecology, sometimes confused with merely organic agriculture (with its relations within the scope of actions and policies developed in recent years at territorial, state and national level). Meanwhile, the clues presented in the National School Feeding Program on the discussion of healthy eating from the perspective of educational practice at school have only been effectively achieved through the actions of Environmental Education and the school garden project.

Keywords: Environmental education. School Food. School garden.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Mapa do Território Velho Chico **26**

LISTA DE QUADROS

QUADRO	**1**	**–**	Estrutura da EMBG – ANO-2019	**28**
QUADRO	**2**	**–**	Turnos, modalidades de ensino e quantitativo de estudantes presentes na EMBG - ANO-2019	**28**
QUADRO	**3**	**–**	Grupo de funcionários da EMBG – ANO-2019	**28**
QUADRO	**4**	**–**	Histórico de estruturação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	**45**

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO	**1**	**–**	Perfil dos professores/professoras	**29**
GRÁFICO	**2**	**–**	Perfil da gestora e dos coordenadores	**30**
GRÁFICO	**3**	**–**	Perfil dos estudantes	**30**
GRÁFICO	**4**	**–**	Perfil dos pais e responsáveis por estudantes	**31**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AS	-	Alimentação Saudável
AE	-	Alimentação Escolar
ASEP	-	Agente Social Envolvido no Processo
BA	-	Bahia
CAPES	-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas
COOMAFITT	-	Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas
EAN	-	Educação Alimentar e Nutricional
EJA	-	Educação de Jovens e Adultos
EMBG	-	Escola Municipal Bartolomeu Guedes
EA	-	Educação Ambiental
EAAE	-	Educação Ambiental na Alimentação Escolar
FNDE	-	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEPET	-	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental e Gestão Social dos Territórios
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF Baiano	-	Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOSAN	-	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MA	-	Meio Ambiente
MEC	-	Ministério da Educação
ONU	-	Organização das Nações Unidas
ONG	-	Organizações Não Governamentais
PAE SF	-	Projeto Agroextrativista São Francisco
PANC’s	-	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PCN	-	Parâmetro Curricular Nacional
PEEA	-	Política Estadual de Educação Ambiental
PEC’SR	-	Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho

PIEA	-	Programa Internacional de Educação Ambiental
PNUMA	-	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNAE	-	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNEA	-	Política Nacional de Educação Ambiental
PPGEduC	-	Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade
ProEASE	-	Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional
RSF	-	Rio São Francisco
SAN	-	Secretaria de Alimentação Nutricional
SISNAMA	-	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SDI	-	Sistema de Disseminação de Informações
UNESCO	-	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNEB	-	Universidade do Estado da Bahia
URSS	-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

CAPÍTULO I 18

1 INTRODUÇÃO 18

CAPÍTULO II 25

2 METODOLOGIA 25

2.1 O local da pesquisa: contextualizações gerais do município no Território Velho Chico.. 25

2.2 Os sujeitos da pesquisa 28

2.3 Os caminhos metodológicos da pesquisa 31

CAPÍTULO III 36

3 RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 36

3.1 Educação Ambiental e a Política de Educação Ambiental: uma Perspectiva Histórica 36

3.2 O conhecimento e as aprendizagens sobre a Educação Ambiental – EA 42

3.3 Aspectos da Política de Alimentação Escolar: o PNAE e aproximações com a Educação Ambiental 45

CAPÍTULO IV 54

4 AS PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS DA ESCOLA EMBG SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR 54

4.1 Educação Ambiental e Alimentação Escolar: perspectivas da Política Curricular Municipal 54

4.2 Educação Ambiental e Alimentação Escolar: perspectivas da prática educativa. 65

4.3 Pistas apontadas para a prática educativa e o processo educativo com a comunidade 71

5 CONCLUSÃO 77

REFERÊNCIAS: 81

APÊNDICES 88

Apêndice A – Estado da Arte 89

Apêndice B – Roteiro de entrevista para a GESTORA (diretora da unidade escolar) 91

Apêndice C – Roteiro de entrevista para a PROFESSORA (disciplina de Educação Ambiental)..... 92
Apêndice D – Roteiro de entrevista para COORDENADORES (disciplina de Educação Ambiental)..... 94
Apêndice E – Roteiro entrevista para ESTUDANTE..... 96
Apêndice F – Roteiro de entrevista para pais e responsáveis (de estudantes matriculados na unidade escolar)..... 97
Apêndice G – Roteiro de análise de documentos..... 99
Apêndice H – Roteiro de observação..... 100
Apêndice I – Roteiro de entrevista para a PROFESSORA/PROFESSOR (que não desenvolve a disciplina de Educação Ambiental)..... 101
ANEXO..... 103
Anexo A – PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_3789124-4..... 104

CAPÍTULO I

Mestre é aquele que, de repente, aprende.
(Guimarães Rosa, 1956)

1 INTRODUÇÃO

Ao cursar Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia, obtive a oportunidade de realizar algumas oficinas e entre elas a de Aproveitamento Integral de Alimentos e seus conceitos em uma escola de ensino fundamental que oferta a modalidade de educação para jovens e adultos – EJA, no Município de Bom Jesus da Lapa-BA. Nessa mediação, a oficina proporcionou um novo olhar para o reconhecimento de como adquirir produtos saudáveis que podem ser utilizados como um todo, tornando-se a alimentação rica em teor nutricional para complementação alimentar necessárias à vida humana.

À vista disso, de forma não semelhante, mas complementar, experienciei o tema de "Alimentação saudável - AS, segurança alimentar e nutricional: eixo estratégico de Educação Ambiental como possibilidades para garantir o desenvolvimento da criança na escola", desenvolvimento de uma proposta a campo para a formulação de relatório de pesquisa para o curso de especialização, do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia – IF Baiano (2017). A atividade aguçou o olhar para a carência na estruturação dos programas de alimentação escolar e de melhorias nutricionais alimentares.

No contexto sociopolítico, há discussões sobre políticas e programas de alimentação, mas devemos mensurar e contextualizar o local de abordagem para tal discussão, vislumbrando aspectos socioculturais. Dessa forma, promover um contexto educacional que contemple o desenvolvimento dos educandos, da escola e o território projetando a política de educação ambiental contextualizada com programas de aquisição de alimentos para a alimentação escolar, proposições que torna o estudo elucidativo quando se obtém o campo de abordagem atrelado a melhorias para educação alimentar saudável.

A pesquisa, a partir da continuidade de temáticas já realizadas, exige uma postura diferenciada e, neste aspecto, tomam-se, como ponto de partida, as pesquisas realizadas tendo como foco o ponto lacunar que não fora sanado. Esse olhar atento ao que se propõem pesquisas anteriores no Programa, linha de pesquisa e grupo de pesquisa a qual se está

vinculado, se desvela como novas fontes de estudos, que podem acrescentar a pesquisa elementos que está presente no grupo de pesquisa e os estudos a ele referenciados.

Diante os axiomas apresenta-se como tecitura epistemológicas para a formulação do problema de investigação, os aportes estruturantes a partir das bases do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental e Gestão Social dos Territórios – GEPET, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade – PPGEduC, mantido pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

O GEPET constitui-se e mantém em sua trajetória, o desenvolvimento de referências atrelado à Educação Ambiental, Gestão e o desenvolvimento social dos territórios, por pesquisas de cunho da educação profissional e de políticas de educação ambiental. Assim como apresenta a proposta do grupo, que tem como cerne a "pesquisa, ensino e extensão voltada para a Educação Ambiental como instrumento de gestão para o Desenvolvimento Sustentável [...]" (SITE GEPET.UNEB.BR, 2019).

A linha de pesquisa à qual o grupo de estudos GEPET está vinculado tem como base a Educação, Gestão e desenvolvimento Local Sustentável, sendo este o nome da linha três do Programa PPGEduC. As temáticas que a linha propõe perpassa o que se discute e se pesquisa no grupo GEPET. Desse modo, com base no desenvolvimento da Educação Ambiental (EA) e as políticas estruturantes para as ações de EA, a proposta que aqui se estrutura se mantém ativa no escopo de estudo e pesquisa da linha e do grupo. Efetiva-se quando se propõe vislumbrar estratégias pedagógicas vinculadas às políticas de EA no espaço escolar atrelado ao desenvolvimento local.

O grupo de estudos e pesquisas em seu escopo escora repercussão de suas pesquisas, tendo como meta o "impacto social articulado com a produção científica e o intercâmbio com outros pesquisadores" (SITE GEPET.UNEB.BR, 2019). Em vista disso, o GEPET, a partir das pesquisas já desenvolvidas, contribui com o desenvolvimento de novas e dá seguimento, mantendo o alinhamento de sua trajetória a partir da retomada de discussão, isso faz com que se observe o quanto será necessário a revisão de literaturas existentes para a formulação a partir da retomada do ponto de lacuna que pela pesquisa anterior não pôde ser esgotado.

O GEPET tem trajetória de pesquisas desenvolvidas ao longo de dez anos e, nesta caminhada, atribui-se ao desenvolvimento de construção coletiva de seus estudos e pesquisas com proposição de formação de novos pesquisadores na área de educação. Neste contexto, o grupo GEPET, a partir de seus estudos e por meio de seus pesquisadores, mantém publicações que contribui para o alinhavar das pesquisas em andamento. A estruturação do lançamento de livro está atrelada a dois macros temáticos - Educação Ambiental e Educação Profissional -,

sendo que o diálogo entre estes está sendo acoplado. Parte de iniciativa temática, mas tomam direcionamentos entrelaçados, pois um não está totalmente desvinculado do outro. A educação profissional discutida na estruturação do grupo é perpassada pelo viés de discurso sobre o território e a sustentabilidade, e a educação ambiental discute essas temáticas.

Nesse sentido, segundo Mutim (2018, p. 143), o GEPET é "um grupo que vem contribuindo para estruturação e demarcação de um campo específico de conhecimento em torno da relação entre 'Educação Ambiental e Gestão Social dos Territórios".

Diante do exposto, decidimos para este trabalho de pesquisa realizado, discutir em certa medida de forma relacional as perspectivas das Políticas de Educação Ambiental e de Alimentação Escolar e a percepção dos diferentes agentes sociais envolvidos no âmbito educativo, com foco na proposta pedagógica.

O delineamento do estado da arte sobre as temáticas Políticas Públicas, Educação Ambiental e Alimentação Escolar buscou averiguar o que já se pesquisou sobre essas temáticas e, consequentemente, contribuir para a definição do escopo desta pesquisa. Para isso, foi realizado um breve levantamento no banco virtual de dissertações do Centro de Documentação e Informação Luiz Henrique Dias Tavares.

O estado da arte (apêndice quadro 01) sobre a 'Educação Ambiental' teve 22 títulos considerando até o ano de 2018. Este quantitativo representa pesquisas vinculadas ao processo educativo e seu desenvolvimento. Destaca-se a dissertação de Marilene Simões da Rocha que trata sobre "Educação Ambiental e Agroecologia na Agricultura Familiar: uma contribuição para o Desenvolvimento Sustentável no Território de Irecê-Ba". Rocha (2014) salienta as variadas abordagens e contextos atrelados a EA, assim como ressalta questões correlatas a duas temáticas: participação social, agricultura familiar, problemáticas ambientais, sustentabilidade e o desenvolvimento de comunidades do campo.

Marilia dos Santos da Silva Paz escreve sobre Educação Ambiental em escolas do campo: Possibilidades e Desafios. A pesquisa de Paz teve como objetivo "investigar as possibilidades e os desafios do fazer Educação Ambiental em escola do campo". Paz (2017, p. 36) apresenta uma reflexão sobre o "enfrentar e superar as mais diversas formas de opressão enraizadas com a história significam, mais que qualquer outra coisa, possibilitar ao indivíduo recriar sua própria história". Paz (2017, p. 36) destaca sobre o fazer pedagógico "[...] pressuposto da práxis educativa o diálogo na construção do conhecimento, a permanente reflexão e problematização, além da compreensão crítica da realidade e a transformação social".

O estudo de Paz traz conclusões importantes sobre a práxis educativa e "as percepções

que envolvem a EA", retratando que "são muitas e variam de acordo a crenças, vivências e objetivos do sujeito que a investiga ou que há vivência" (PAZ, 2017, p. 36). No tocante a concepção de EA, Paz destaca "que para alguns, ela ainda está carregada de uma visão estritamente ligada à natureza e aos recursos naturais; para outros, além disso, associa-se à EA um caráter social e político de educação" (PAZ, 2017, p. 36).

O estudo de Paz teve como suporte teórico as discussões e estudos do grupo GEPET. Paz (2017) e Rocha (2014) concluíram afirmando que a construção de experiências pode contribuir para a melhoria na percepção e conscientização sobre EA em diversos espaços.

Para a pesquisa do estado da arte temática Alimentação Escolar, buscamos no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas – (CAPES), Sistema de Disseminação de Informações – (SDI) no Catálogo Teses e Dissertações. As pesquisas nas referidas bases de dados teve como parâmetro o termo de busca 'Alimentação Escolar', atrelando para o seguinte refinamento: Mestrado (dissertações), Anos entre 2014 a 2018, Grande área de conhecimento Multidisciplinar, Área de conhecimento ensino. Obteve como resultado um total de 255 trabalhos (apêndice A - quadro 02).

No tocante à temática de Educação Alimentar, os estudos encontrados se referiram potencialmente às abordagens relacionadas com o processo educativo, não especificando de forma relacional as políticas públicas, programas vinculados e seus reflexos nos processos pedagógicos. Consequentemente, também não foram identificadas discussões atreladas à correlação entre saúde e processo educativo. Portanto, ao analisar os trabalhos de pesquisa relacionados à alimentação escolar, observou-se uma vertente que se entrelaça com a educação ambiental, meio ambiente – (MA) e particularmente com a biologia.

De modo geral, a busca para averiguação do estado da arte partiu da premissa de indicadores, macro, fazendo uma junção das temáticas para se chegar ao recorte da pesquisa. Para todas as pesquisas, o recorte temporal foi de 2014 a 2018. Algumas temáticas não foram encontradas neste período e a busca foi ampliada.

Ressalta-se que na busca realizada não foi encontrada, potencialmente, pesquisas sobre a relação entre a educação ambiental e a questão da educação alimentar no contexto escolar. Uma vez que, considerando as bases consultadas e o período temporal, não se pode afirmar a inexistência de pesquisas nesse sentido relacional, pode-se, de algum modo, considerar aproximações temáticas ou pistas importantes para a definição do problema e objetivo desta pesquisa.

Para a formulação do problema de análise, tivemos como premissa apontar a educação ambiental com ênfase no seu aspecto "transformador, crítico ou emancipatório", vinculando-

se às realizações da liberdade humana (GUIMARÃES, 2015; LOUREIRO, 2005, p. 1476). Loureiro descreve que essa educação ambiental politiza a problemática, põe o ser humano no cerne das realizações promovendo autonomia, liberdade social e política, maneiras de relacionamento com outros seres vivos, assim como promovem [...] "o debate e o diálogo entre ciências e cultura popular" [...] "busca de ruptura e transformação dos valores e práticas sociais contrários ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade" (LOUREIRO, 2005, p. 1476).

De acordo com o pressuposto "crítico/emancipatório" apresentado por Loureiro, é que se toma como ponto dessa trama a formulação do problema de investigação. Em linhas de abordagem para com a Educação Ambiental transformadora da realidade vinculada a dimensão cultural e dialógica, para entender como desvelar as complexidades no ensino de EA para com a tecitura de Alimentação Escolar – AE.

Nesse sentido, pesquisar e considerar a dimensão ambiental, cultural e educativa / pedagógica que envolve a questão alimentar, justifica-se e ganha força com os recentes direcionamentos no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, coloca como diretriz a aquisição e consumo de alimentos saudáveis, orgânicos ou agroecológicos, oriundos da agricultura familiar, respeitando os hábitos alimentares regionais (LEI 11.947/09).

Por conseguinte, cabe aprofundar as análises em torno dos aspectos relacionais entre a Política de Educação Ambiental e de Alimentação Escolar, assim como compreender como tais aproximações são percebidas, se são, e quais os possíveis efeitos disso para o processo pedagógico, tendo transversalmente a práxis educativa ambiental. Tal perspectiva torna-se ainda mais importante considerando as características territoriais/locais de onde a Escola Municipal Bartolomeu Guedes - EMBG aqui estudada está inserida, um território e município fortemente caracterizados como rural, com presença marcante da agricultura familiar na dinâmica econômica, além das questões atreladas aos problemas e especificidades socioambientais vividos, sobretudo, pelos sujeitos do campo e ribeirinhos do município de Serra do Ramalho, no Território Velho Chico.

O estudo ora aqui apresentado não propõe tratar das questões de comercialização de produtos da agricultura familiar, mas faz necessário reforçar, por um lado, a importância do PNAE como mercado institucional para os agricultores familiares e os reflexos disso para a dinâmica econômica local e, por outro, como a perspectiva agroecológica (em muitos casos orgânica) tem potencializado a discussão sobre alimentação saudável nas escolas através do consumo de alimentos in natura e de base local/regional.

Portanto, a pesquisa buscou analisar a proposta de ensino de EA e a relação desta com

as práticas educativas de AE, a partir das percepções dos sujeitos envolvidos no processo educativo escolar (professores, gestores, coordenadores, estudantes e pais) sobre as políticas em curso relacionadas às temáticas e suas formas de execução.

Sabe-se que Educação Ambiental e Alimentação Escolar (EAAE) são políticas atribuídas ao desenvolvimento educativo de forma interdisciplinar. No entanto, o problema central, e pouco discutido, refere-se ao entendimento da aproximação e entrelaçamento dessas temáticas na construção de práticas educativas escolares interdisciplinares, assim como o delineamento das aproximações e possíveis relações entre essas temáticas no plano das políticas existentes, quer dizer, explicitamente, o que há nos aparatos legais nesse sentido e o que é possível construir na prática.

Logo, apesar de haver alguns elementos possíveis de estabelecer aproximações entre as políticas de educação ambiental e alimentação escolar, o desafio colocado foi compreender como se dá no contexto escolar essa compreensão, de modo a constituir articulada e intencionalmente uma práxis educativa escolar interdisciplinar.

Com isso, estabelecemos como objetivo geral analisar a relação entre as políticas de Educação Ambiental e o Programa de Alimentação Escolar (PNAE) tendo como referência as percepções, ações e práticas dos agentes sociais envolvidos no processo educativo. E mediante este objetivo, elencamos como objetivos específicos: a) Analisar as correlações entre a política de Educação Ambiental com a de Alimentação Escolar; b) Identificar as percepções dos sujeitos da escola EMBG sobre a relação entre a educação ambiental e alimentação escolar no processo educativo; e c) Verificar como as percepções dos sujeitos sobre a relação entre Educação Ambiental e Alimentação Escolar influenciam as ações e práticas educativas desenvolvidas na escola.

Nessa perspectiva, este trabalho tem como vetor orientador as contribuições de Mutim (1993 - 2007-2018) abordando a Educação Ambiental e Gestão de Sociedades Sustentáveis; Loureiro (2005-2006 - 2011 - 2012) referindo-se sobre a práxis política e emancipatória em educação ambiental, a relação entre sustentabilidade e educação a partir da perspectiva da ecologia política e a educação ambiental crítica.

Como aporte teórico complementar, Cavalcante (2013) abordando sobre “o movimento ambientalista e desenvolvimento sustentável, a partir dos contributos para uma reflexão crítica”; Leff (2003), retratando as questões ambientais; Reigota (2001-2004) enfatizando o conceito de educação ambiental, meio ambiente e a representação social; Capra (2006) ressaltando como o ser humano pode se dispor da natureza sem degradá-la.

O primeiro capítulo se constitui na introdução em que se delineia a finalidade do

estudo as opções e exceções de forma abrangente, provendo uma visão inicial da pesquisa.

No segundo capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos, a abordagem da pesquisa, tipo de pesquisa, técnicas e ferramentas que orientaram e deram suporte ao desenvolvimento da pesquisa. Em seguida são apresentados os sujeitos da pesquisa, os perfis e critérios de escolha para a participação nesta pesquisa e o local de realização. Buscamos apresentar de forma sintética os elementos do contexto socioespacial, as relações sociais (políticas, econômicas e culturais) que deram e dão dinâmica à produção do espaço local – que permeiam e caracterizam os sujeitos da comunidade onde está localizada a escola. Portanto, faz-se um breve contexto histórico de formação do município e da comunidade e suas relações com as lutas dos povos do campo e ribeirinhos por terra no Território Velho Chico. Finalizando o capítulo, apresentamos os passos permeados para a coleta das informações, assim como a abordagem utilizada para a análise.

No terceiro capítulo, da relação entre a Educação Ambiental e Alimentação Escolar, apresenta-se a Educação Ambiental e a Política de Educação Ambiental a partir de uma perspectiva histórica, os conhecimentos e as aprendizagens sobre a Educação Ambiental. Apresentam-se também aspectos da política de Alimentação Escolar, especificamente o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e as possíveis aproximações com a Educação Ambiental.

No quarto capítulo, são apresentadas as informações sistematizadas da pesquisa a partir dos aspectos relacionais entre a educação ambiental e a alimentação escolar expressos na política curricular municipal, nas práticas educativas e destacando algumas pistas emergidas pelos sujeitos para a prática educativa e o processo educativo com a comunidade.

CAPÍTULO II

> "Esta compreensão da prática constitui-se no referencial teórico-metodológico desenvolvido no GEPET que possibilita a criação de guias, mapas e cartografias cognitivas capazes de explicitar a relação-objeto de pesquisa "Educação Ambiental, Políticas Públicas e Gestão Social dos Territórios".
> (MUTIM, 2016)

2 METODOLOGIA

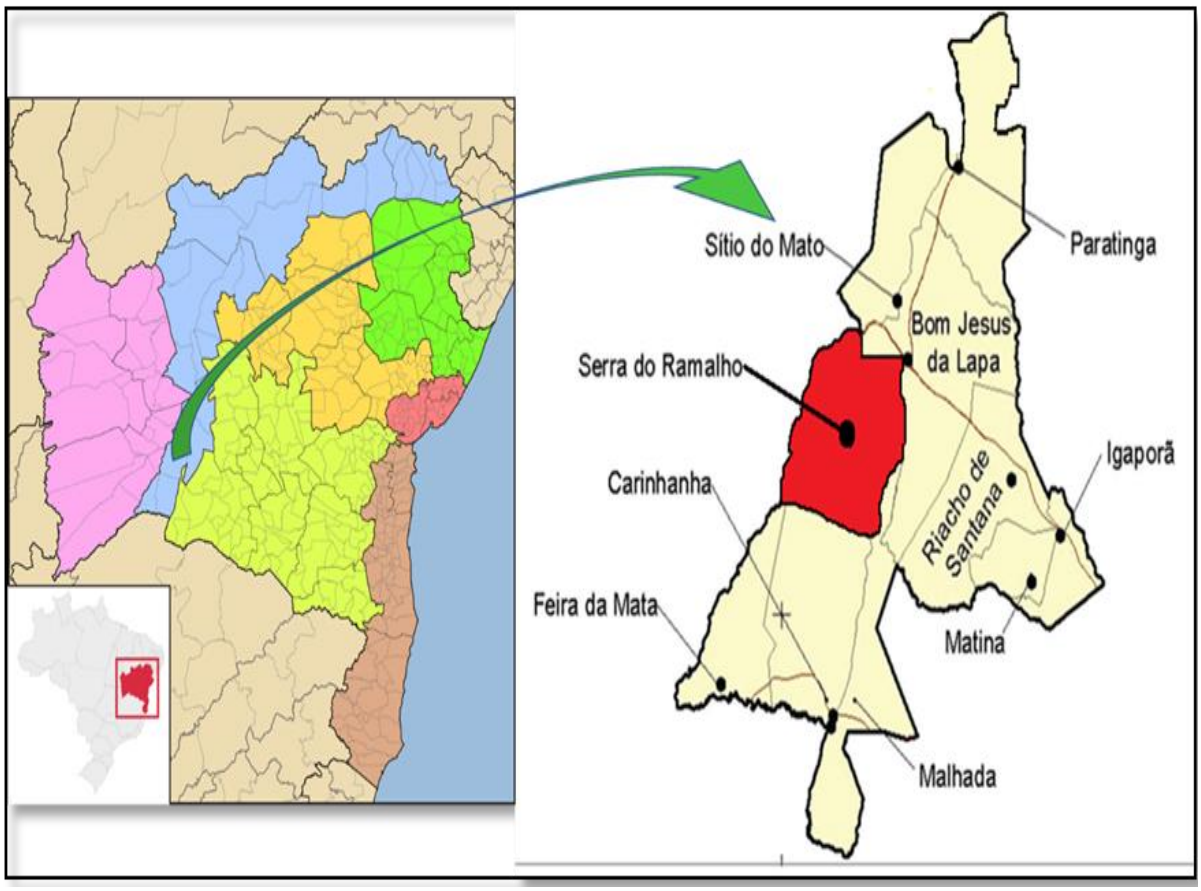
Neste capítulo apresentamos os procedimentos metodológicos, a abordagem da pesquisa, tipo de pesquisa, técnicas e ferramentas que orientaram e deram suporte ao desenvolvimento da pesquisa, cujo objetivo foi analisar a relação entre as políticas de Educação Ambiental e da Alimentação Escolar, tendo como referência as percepções dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Como perspectiva da abordagem metodológica adotada, também é apresentada no texto as características da localidade onde está situada a escola aqui estudada.

De modo forma específica, apresentam-se os perfis e critérios de escolha para a participação dos sujeitos nesta pesquisa, e o local de realização da pesquisa. Buscamos apresentar de forma sintética os elementos do contexto socioespacial - as relações sociais (políticas, econômicas e culturais) que deram e dão dinâmica à produção do espaço local - que permeiam e caracterizam os sujeitos da comunidade onde está localizada a escola. Portanto, faz-se um breve contexto histórico de formação do município e da comunidade e suas relações com as lutas dos povos do campo e ribeirinhos por terra no Território Velho Chico. Em seguida, é apresentado o percurso metodológico desta pesquisa e as técnicas e ou instrumentos utilizados no processo de coleta das informações.

2.1 O local da pesquisa: contextualizações gerais do município no Território Velho Chico

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Bartolomeu Guedes, situada no Município de Serra do Ramalho, este localizado no Território de Velho Chico (Figura 01).

Figura 01 – Mapa do Território Velho Chico



Fonte: Ficheiro Bahia Mesoregions svg / blogspot Velho Chico cultura. Figura modificada pela pesquisadora 02/04/19.

O município se originou do reassentamento das famílias atingidas pela construção da barragem de "Sobradinho", oriundas das cidades de Casa Nova, Remanso, Sento Sé, Pilão Arcado (IBGE - cidades, 2015).

No dia 13/05/1975 começou o povoamento do Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho – PEC'SR pelo INCRA, com o objetivo de assumir o reassentamento das 1.800 famílias, distribuídos em 23 agrovilas.

O município está situado numa altitude de 438 m, em área de 2.677,366 km². Sua população estimada em 2010 é de 31 646 habitantes, com densidade demográfica de 11,82 hab./km² (IBGE CIDADES, 2016). Tem-se como principal atividade econômica a agricultura. O clima da região é seco a subúmido. A rede municipal de ensino é composta por 38 unidades escolares, sendo 32 situadas no campo e 06 na sede do município cidade, incluindo as creches.

A escola aqui estudada está localizada na comunidade Barra de Ipueira / Fechadinha que faz parte do Projeto Agroextrativista São Francisco – (PAE SF). Este PAE é formado por

um total de 11 comunidades e 600 famílias tradicionais ribeirinhas, compreendendo as áreas remanescentes de preservação permanente que ficam à margem esquerda do Rio São Francisco (SODRÉ, 2008). De acordo com GEOGRAFAR (2019):

> o Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco – PAE São Francisco [tem como] objetivo [...] regularizar a situação fundiária das populações tradicionais de pescadores. Estes estão organizados, de forma coletiva, na central das associações dos moradores que é responsável pela gestão de todo o projeto, o qual foi elaborado pelos moradores, aprovado pelo INCRA e referendado pelos órgãos ambientais.

As famílias assentadas na comunidade de Barra da Ipueira/Fechadinha trabalham na lavoura, na pesca, criação de animais. Como o território é constituído de clima semiárido, existem muitos períodos de seca. Dessa forma, alguns moradores da comunidade saem de seu local de moradia para trabalhar em grandes fazendas, em localidades próximas, plantio, colheita, arado da terra, como vaqueiros (as), serviço do campo e no Projeto Formoso embalando frutas. Com a chegada da água (serviço de abastecimento de água encanada) na comunidade, algumas famílias mantêm em seus quintais, pequenas plantações como: feijão, mandioca, tempero etc.

Em 1991 começou a funcionar uma sala de aula em uma residência local, mas como não era suficiente para atender as demandas da comunidade de Barra da Ipueira, como não existia escola, sentiram a necessidade, de uma sala em local apropriado para as atividades educativas. Em 1996, as aulas passaram a ser ministradas também embaixo de um pé de juazeiro, logo depois passou a se realizar dentro da igreja.

A partir de uma conquista da associação de moradores da comunidade de Barra da Ipueira, a localidade recebe a primeira construção de um prédio escolar que recebeu o nome de Escola João Reinaldo de Souza, unidade de Ensino Fundamental, que depois foi substituída pela construção de uma nova unidade.

No ano de 1998, na área da comunidade Barra da Ipueira popularmente conhecida como Fechadinha foi construído o segundo prédio escolar, a Escola Municipal Bartolomeu Guedes, instituição que recebeu o nome do até então Presidente da Associação local, o Sr. Bartolomeu Luiz Guedes, como homenagem e agradecimento por sua luta e trabalho prestado junto à comunidade Barra da Ipueira e Fechadinha.

A seguir, destacamos alguns quadros com dados que expressam as principais características físicas, de funcionamento e oferta de níveis de ensino, de recursos humanos e do público atendido da referida escola.

Quadro 01 – Estrutura da escola EMBG – ANO-2019.

ESTRUTURA DA ESCOLA	
Dependências	**Quantidade**
Salas de aula	06
Cozinha	01
Pátio Interno	01
Banheiros	03
Almoxarifado	01
Sala de diretoria	01
Secretaria	01

Fonte: informações da observação em lócus, 2019.

Quadro 02 – Turnos, modalidades de ensino e quantitativo de estudantes presentes na EMBG - ANO-2019.

TURNOS, MODALIDADES DE ENSINO E QUANTITATIVO DE ESTUDANTES		
Turnos	**Modalidades**	**Quantitativo**
Matutino	Maternal	09 estudantes
Matutino	Educação infantil	26 estudantes
Matutino	Ensino fundamental I	69 estudantes
Vespertino	Ensino Fundamental II	76 estudantes
TOTAL	Matriculados	180 estudantes

Fonte: informações da entrevista com a gestora /elaborada pela pesquisadora 2019.

Quadro 03 – Grupo de funcionários da EMBG – ANO-2019

GRUPO DE FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA		
Funcionários		**Quantidade**
Professores		10
Secretária		01
Diretora		01
Porteiros		02
Motorista		02
Servidor/a de apoio		04
TOTAL	Quantidade de funcionários	20

Fonte: informações da entrevista com a gestora /elaborada pela pesquisadora 2019.

2.2 Os sujeitos da pesquisa

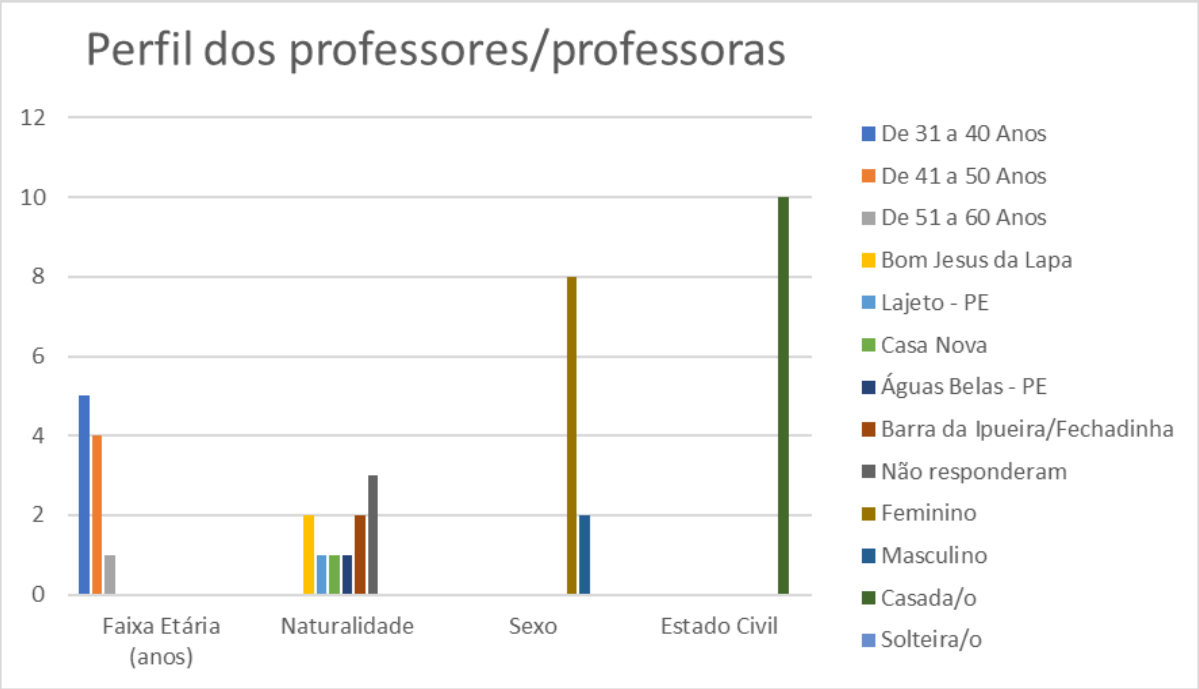
Os sujeitos da pesquisa foram: uma gestora, dois coordenadores pedagógicos, professores (uma da disciplina de EA e mais 09 professores/professoras de disciplina

diversas), oito estudantes e oito pais/responsáveis que têm como característica a vinculação com a agricultura familiar (considerando a relação direta entre o quantitativo de estudantes e pais, adotou-se o mesmo percentual da amostragem para cada um). No total, a pesquisa contou com 29 participantes.

A escola tem um total de 180 estudantes, compreendendo todas as modalidades e níveis ofertados. No entanto, para essa pesquisa, optou-se apenas pelo Nível Fundamental II (6º, 7º, 8º e 9º Ano), tendo em vista que neste nível há a disciplina de Educação Ambiental. Dos 76 estudantes matriculados no Nível Fundamental II, participaram da pesquisa 08 (uma amostragem de 10%, aproximadamente), com idade entre 14 a 17 anos.

A seguir serão apresentadas algumas informações sistematizadas referentes aos sujeitos da pesquisa na unidade escolar:

Gráfico 1 – Perfil dos professores/professoras.

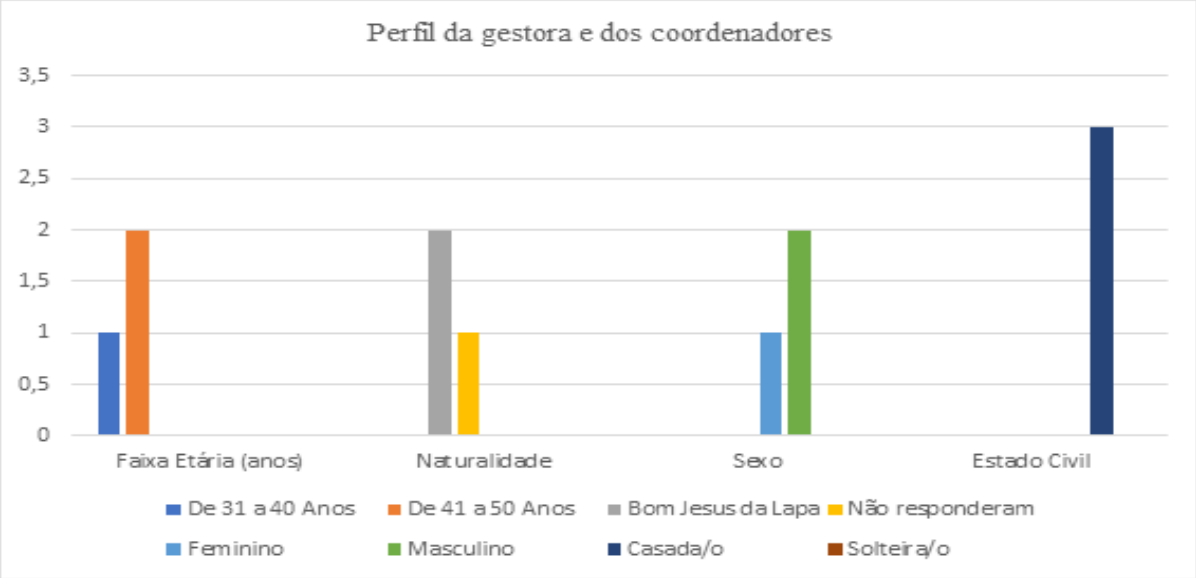


Fonte: Informações retirada da entrevista e elaborada pela pesquisadora. Ano-2019.

Os entrevistados envolvidos diretamente com a pesquisa:

- **Professora:** uma professora**,** regente da disciplina de Educação Ambiental;
- **Professores:** sete professoras e dois professores de outras disciplinas;

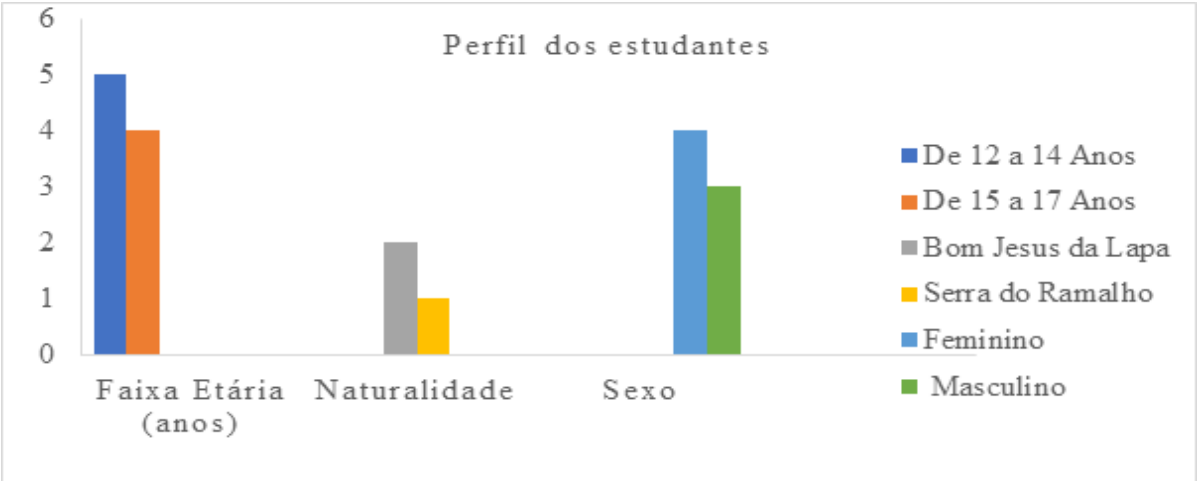
Gráfico 2 – Perfil da gestora e dos coordenadores



Fonte: Informações retirada da entrevista e elaborada pela pesquisadora. Ano-2019

- **Coordenadores:** dois coordenadores que atuam especificamente na Educação Ambiental;
- **Gestora da escola:** uma gestora (está na segunda gestão na escola). Ressalta-se que, no município, a escolha dos gestores escolares dá-se através de eleição, considerando a participação dos segmentos de: professores/professoras, estudantes com idade mínima de 12 anos, pais/responsáveis e funcionários (merendeiras, motoristas, seguranças, porteiros e secretária).

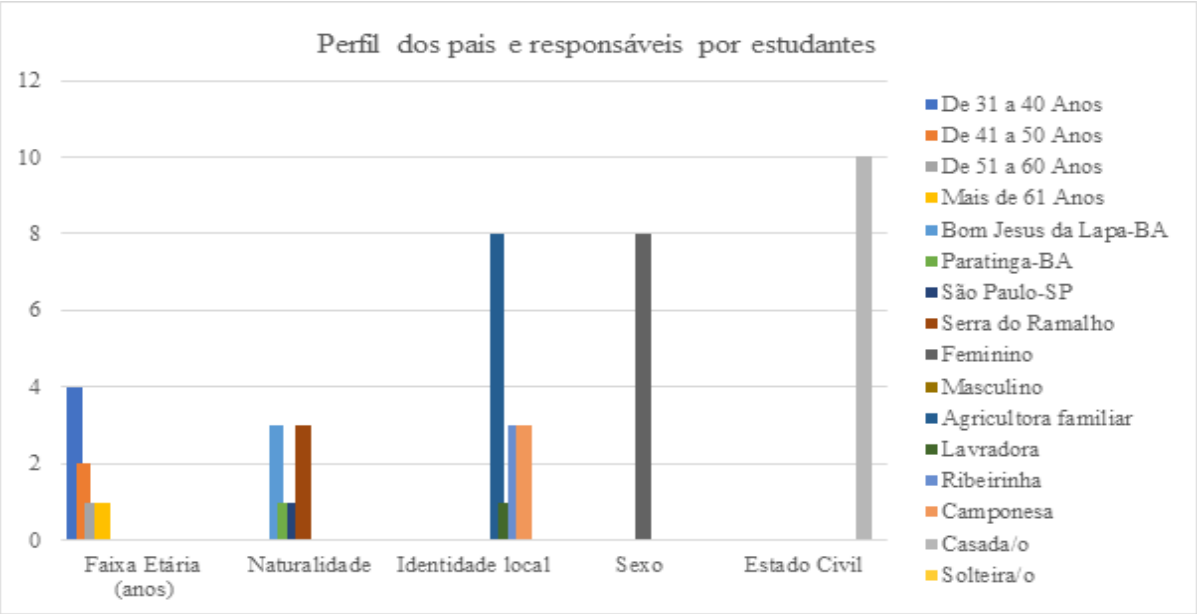
Gráfico 03 – Perfil dos estudantes.



Fonte: Informações retiradas da entrevista e elaboradas pela pesquisadora. Ano-2019

- **Estudantes:** oito estudantes, sendo estes: do ensino fundamental II 6º, 7º, 8º e 9º Ano e foram entrevistados (as) dois de cada turma.

Gráfico 04 – Perfil dos pais e responsáveis por estudantes.



Fonte: Informações retiradas da entrevista e elaboradas pela pesquisadora. Ano-2019

- **Pais/responsáveis:** oito mulheres agricultoras pertencentes à comunidade e áreas circunvizinhas da escola a qual a pesquisa se refere. Ressalta-se que as avós foram as responsáveis participantes.

Cabe aqui ressaltar que todos os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Livre Consentimento e os menores de idade o Termo de Livre Assentimento, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos responsáveis legais dos adolescentes, estando todos de acordo com os termos estabelecidos e tendo a liberdade de retirarem seu consentimento, caso julgassem necessário. Independente da autorização de divulgar o nome, optamos por não o fazer e atribuímos nomes fictícios aos nomes dos sujeitos pertencentes à comunidade local (pais, mães e responsáveis), já o da unidade escolar e comunidade foram utilizados os reais.

2.3 Os caminhos metodológicos da pesquisa

Como já salientado na introdução, o objetivo deste trabalho de pesquisa foi analisar a relação entre a política de educação ambiental e o programa de alimentação escolar a partir

das percepções, ações e práticas dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

A pesquisa é do tipo exploratória, com critérios usuais, que permitiram conhecer melhor o fenômeno e explorar os estudos, aprofundando nos sentidos e significados de fenômenos presentes, mas pouco explorado (GONÇALVES, 2005). Diante o conceito de Gonçalves (2005), pesquisa exploratória tende a utilização de técnicas e ferramentas de coletas que permitem captar informações sobre o objeto na exploração concentrando-se nos sentidos das descobertas de possíveis fenômenos na aplicação.

A abordagem qualitativa se destacou neste estudo por corresponder à necessidade de apreender as percepções dos sujeitos e descrever ou reconstruir os processos e relações que constituem a prática educativa na escola estudada, na perspectiva da educação ambiental e da alimentação escolar.

Desse modo, a abordagem qualitativa permite ao pesquisador estar em contato direto com o objeto investigado e suas particularidades. Para Flick (2009, p. 20) "a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida". A abordagem qualitativa se sobressaiu pela característica de pesquisa com finalidade em aproximação de pessoas e é um dos procedimentos metodológicos que caracteriza a pesquisa, visando a compreensão de informações utilizadas.

Além disso, conforme salienta André (2013, p. 96), é importante que nas abordagens qualitativas o pesquisador garanta a cientificidade da pesquisa desenvolvida a partir da:

> explicitação dos passos seguidos na realização da pesquisa, ou seja, a descrição clara e pormenorizada do caminho percorrido para alcançar os objetivos, com a justificativa de cada opção feita. [...], ou seja: se foram ou não tomadas as devidas cautelas na escolha dos sujeitos, dos procedimentos de coleta e análise de dados, na elaboração e validação dos instrumentos, no tratamento dos dados. Revela ainda a ética do pesquisador, que ao expor seus pontos de vista dá oportunidade ao leitor de julgar suas atitudes e valores.

Nesse sentido, procuraremos detalhar a seguir o caminho percorrido, as etapas, escolha dos instrumentos e a proposta de análise das informações a partir da categorização pensada em função da proposta de pesquisa, dos objetivos definidos e sujeitos envolvidos na pesquisa.

Primordialmente, essa pesquisa foi desenvolvida em três principais fases:

Fase 1- procedimentos preliminares após delineamento inicial da proposta e estabelecimento dos objetivos: primeiras conversas, apresentação da proposta de pesquisa e observações.

Nesta fase foram coletadas as informações sobre os perfis dos participantes, estrutura da unidade escolar e características do Município e da comunidade, realizando-se, desse

modo, as anotações pertinentes com a utilização do diário de campo ou bordo.

De acordo com Vianna:

> A observação é uma das mais importantes fontes de informações de pesquisas qualitativas em educação. Sem acurada observação, não há ciência. Anotações cuidadosas e detalhadas vão constituir os lados brutos das observações, cuja qualidade vai depender, em grande parte, da maior ou menor habilidade do observador, e também da sua capacidade de observar, sendo ambas as características desenvolvidas, predominantemente, por intermédio de intensa formação (VIANNA, 2003, p. 12).

A observação na escola também permitiu o contato com os sujeitos, perceber diretamente a dinâmica da escola, as ações e práticas desenvolvidas. A observação foi importante para delinear e dar corpo aos pressupostos da análise na perspectiva de seu recorte, a relação entre Educação Ambiental e Alimentação Escolar.

Os aspectos considerados relevantes na observação foram registrados em um diário de campo. Salientamos, como afirma Gil (2006, p. 103), que nem sempre é possível fazer as notas no momento em que os fatos e aspectos são percebidos, a fim de não perder outros "elementos significativos da situação", não romper a "naturalidade da observação" e com isso gerar incômodo, desconfiança (apesar de a presença de alguém no cotidiano já desperte olhares, curiosidades, desconfiança). Portanto, procurou-se anotar no diário quando possível, além de utilizar outros recursos como gravador para notas breves, quando oportuno, fazendo a revisão das notas no tempo mais breve para não esquecer da memória. Neste momento, também se procura fazer das notas-rascunho notas mais elaboradas, inserindo reflexões, estabelecendo conexões inclusive com o referencial teórico, fazendo destaques de elementos, situações, falas.

Nessa fase, também foi feito o levantamento dos documentos legais que subsidiam as políticas públicas estudadas, a exemplo de Leis, Decretos, Instruções Normativas, Material de Referência, dentre outros, com o objetivo de apreender os fundamentos, princípios, delineamentos e orientações de cada política, inclusive as relações possíveis entre elas.

No âmbito da escola, outros documentos foram analisados, a saber: cardápio de alimentação escolar, proposta curricular para o ensino de Educação Ambiental, plano de alimentação saudável e nutricional da escola, plano da disciplina de EA (acompanhou-se o planejamento e execução da disciplina de EA durante um bimestre), projeto político pedagógico, projeto horta escolar, dentre outros. Estes documentos analisados permitiram entender a relação das ações e práticas na escola com o estabelecido pelo aparato legal e como os sujeitos percebem essa dinâmica e com ela interagem.

Fase 2 - Aplicação das entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa.

Utilizamos a técnica de entrevista semiestruturada cujo roteiro foi pensado de acordo com as especificidades de cada grupo de participantes da pesquisa - equipe gestora (Direção e Coordenadores Pedagógicos), professores, estudantes e pais/mães/responsáveis. Como já destacado, estes representam os envolvidos em certa medida na dinâmica da escola de forma mais direta. Tal intencionalidade nos orientou na escolha desses grupos de sujeitos. No caso específico dos estudantes, definimos intencionalmente os estudantes do nível Fundamental II, considerando a relação deles com a disciplina de Educação Ambiental e, embora tenhamos definido uma amostragem de 10% do total de estudantes matriculados no referido nível, a escolha destes participantes foi aleatória.

Fase 3 - Sistematização e Análise das Informações Coletadas

Utilizamos como técnica de sistematização e análise das informações coletadas a Análise de Conteúdo que, segundo Bardin (2006, p. 38), consiste em "um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetos de descrição do conteúdo das mensagens".

Nesse sentido, Chizzotti (2006, p. 98) afirma que, "o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, às significações explícitas ou ocultas".

Para isso, deve-se considerar a "complexidade que acompanha a diferença entre o significado e o sentido" de algo. Portanto, não importa apenas apreender o significado (da coisa, objeto, palavra, mensagem), isto é, como o "corpus de significação" e as "características definidoras" estabelecem como esse algo será "absorvido, compreendido e generalizado", mas também, seu sentido ou o "significado pessoal e objetivado que se concretiza na prática social" e é anunciada (FRANCO, 2016, p. 13). Quer dizer, construído nas relações sociais, culturais, políticas e econômicas e expressando os valores, saberes, crenças, emoções decorrentes dessas relações.

Desse modo, interessa-nos, para efeitos da análise de conteúdo, a "busca descritiva, analítica e interpretativa do sentido que um indivíduo (ou diferentes grupos) atribuem às mensagens verbais ou simbólicas" (FRANCO, 2016, p. 14).

Com base nas sinalizações apresentadas por Deslandes, Gomes e Minayo (2009), a análise de conteúdo teve como procedimentos:

> **Momento 1** - Após a transcrição do material coletado nas entrevistas, principalmente, foi feita uma leitura a fim de termos uma visão geral de todo o conteúdo, buscando apreender particularidades, definir como iniciar a classificação das informações e determinar conceitos que permearam a análise.

Essa classificação inicial considerou “temas” como unidade de registro (Percepções e práticas da educação ambiental na escola; Percepções e práticas da alimentação escolar na escola e Relação entre educação ambiental e alimentação escolar) e como unidade de contexto considerou-se o papel de cada sujeito no processo pedagógico (professor, gestor, coordenador, estudante, pai/mãe/responsável) (FRANCO, 2016, p. 44-52).

Momento 2 – Procedeu-se a organização das falas transcritas dos sujeitos, conforme a classificação estabelecida, procurando estabelecer os diálogos entre as partes e, a partir das inferências, estabelecer os núcleos de sentido emergidos no conteúdo. Esses núcleos podem ser entendidos como os “nós” catalisadores da compreensão de Educação Ambiental e Alimentação Escolar e suas relações, destacados pelos sujeitos: as propostas curriculares, a disciplina de Educação Ambiental; o Projeto Horta na Escola e a relação entre Escola – comunidade. Desses núcleos, emergiram temáticas mais genéricas que os perpassam em certa medida, como a política curricular municipal, as práticas educativas e a relação entre os processos educativos e a comunidade. Tais elementos permitiram a organização do texto.

CAPÍTULO III

"Longe de ser uma educação temática, a educação ambiental é uma dimensão essencial do processo pedagógico, situada no centro do projeto educativo de desenvolvimento humano e definida a partir do paradigma ecológico e do entendimento do ambiente como uma realidade vital".
(LOUREIRO, 2003)

3 RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Para discorrer sobre este capítulo, seguindo os princípios de educar para com as relações de natureza e sociedade, veremos, entre outros, apontamentos sobre EA crítica na perspectiva de Loureiro e Mutim. Buscamos relembrar suas perspectivas históricas e preocupações com problemáticas ambientais.

Neste capítulo relacionado a Políticas Públicas de Alimentação Nutricional, alimentação saudável, referimos a alimentação escolar proposta, projetos e programas promulgados para desenvolvimento e disseminação nos espaços escolares, temas discutidos a partir do entendimento de alimentação como meio de desenvolvimento humano e local.

Finalizando o capítulo, como sustentação temática, apontamentos para possíveis alinhamentos/aproximações das leis e programas de educação ambiental e alimentação escolar.

3.1 Educação Ambiental e a Política de Educação Ambiental: uma Perspectiva Histórica

Os problemas ambientais e sociais se divergem quando discutidos, mas estão diretamente interligados como problemas a serem tratados e resolvidos conjuntamente, já que é parte inerente ao caos que se estabeleceu nas práticas vividas e desenvolvidas no cotidiano dos seres humanos.

A partir da década de 60 do século XX, surgem as preocupações com o uso e a degradação do meio ambiente, consequentemente com as utilizações inadequadas de produtos danosos ao ambiente, passando a existir, dessa forma, as discussões sobre meio ambiente e educação ambiental em diversos países. Segundo o que trata o Ministério da Educação e do

Desporto (BRASIL, 1998, p. 28), no agitado ano de 1968, na Inglaterra, foi criado o Conselho para Educação Ambiental, reunindo mais de cinquenta organizações voltadas para temas de educação e meio ambiente.

Ao longo da trajetória sobre esse debate, observaram-se os acontecimentos decorrentes da degradação do meio ambiente e, diante de tamanhas consequências, surge, então, na década de 70, a preocupação em discutir, em escalas maiores, a má utilização dos recursos naturais, isso porque as ações humanas estavam levando o meio ambiente a uma deterioração acelerada.

Na década 70, muitas foram as declarações, tratados, acordos e documentos, entre estes cita-se os principais respectivamente: a Declaração de Estocolmo (1972), a Carta de Belgrado (1975) e o Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA e a elaboração da Declaração de Tbilissi em 1977 (OLIVEIRA, 2007; MORIMOTO e SORRENTINO, 2016).

É importante destacar que a Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano foi ponto crucial para realização de outros eventos com intuito de discussões e reflexões sobre meio ambiente e os problemas climáticos. Estas temáticas retrataram o quanto se fazia necessário e urgente pensar o mundo e as consequências nele gerado a partir da utilização dos recursos naturais.

A Carta de Belgrado (1975) e o Programa Internacional de Educação Ambiental - PIEA (1977) foram elaborados com objetivos de fomentar o desenvolvimento da Educação Ambiental de forma interdisciplinar. A Carta de Belgrado propunha a integração mundial para trabalhar e desenvolver de forma programada a Educação Ambiental. Ressaltava-se na Carta a necessidade de abrangência de temas que colocassem questões vivenciadas pelos seres humanos e a inviolabilidade e preservação dos recursos naturais. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO já vinha trabalhando em prol do desenvolvimento de ações para a Educação Ambiental de forma interdisciplinar. Já o PIEA apresentava objetivos vinculados ao desenvolvimento de EA para todas as modalidades de educação, apontava para uma conscientização mundial sobre as necessidades de efetivação da temática de Educação Ambiental.

A Conferência de Tbilisi (1977) se constituiu no ponto chave para definição de estratégias para o desenvolvimento de EA. Os princípios para a criação da Declaração de Tbilisi foram baseados na Carta de Belgrado e no PIEA. A Declaração apresenta que discussões foram anteriormente realizadas e documentadas, porém as ações feitas não foram suficientes para diminuir o aceleramento na degradação dos recursos naturais; pontua o quanto se discutiu sobre a reorganização da Educação Ambiental, mas as tomadas de decisão

não foram suficientes.

Segundo Loureiro, Layargues e Castro (2012, p. 92) “o documento de Tbilisi postula que o processo da educação ambiental deve proporcionar, entre outras coisas, a construção de valores e a aquisição de conhecimentos, atitudes e habilidades voltadas à participação responsável na gestão ambiental”. Portanto, para o desenvolvimento da EA, os conteúdos serão comuns para duas ou mais disciplinas de modo a implicar no desenvolvimento de práticas pedagógicas, transformando-se na forma de educar, refletir e agir no espaço (OLIVEIRA, 2007).

Segundo Oliveira (2007), esperançar estratégias limites disciplinares que possam criar abordagens holísticas conotam para além da interdisciplinaridade, “na perspectiva transversal e transdisciplinar da educação como saída para a integração das disciplinas, de seus conteúdos e outros saberes, assim como para desafiar as estruturas de poder da escola permanece sendo alimentada”.

Nesse contexto, percebe-se que os eventos organizados ressaltaram o quanto se faria necessária a discussão sobre educação ambiental. Dessa forma, verificava também as questões de como trabalhar a educação ambiental, propondo, enfim, que deveria ser disposta multidisciplinarmente, uma vez que precisava considerar uma visão mais integradora dos problemas ambientais, quer dizer, fortemente relacionados com as questões sociais, econômicas e políticas. Além disso, pressupunha o trabalho para com o ensino de EA de modo interdisciplinar, mas não se formou o bastante, devido à abrangência da temática.

No Brasil, para se discutir as questões ambientais, buscou-se promover no ensino de 1º e 2º graus uma proposta de se trabalhar o tema ecologia, integrando-o nas disciplinas regulares. E em meio ao regime da Ditadura Militar, na década de 80, o MEC publicou o parecer 819/85, fortalecendo a inserção do tema ecologia e os pressupostos de desenvolvimento da EA no ensino de 1º e 2º graus.

Em 1987, em Moscou (URSS), foi realizado o “Congresso Internacional sobre a Educação e a Formação relativa ao Meio Ambiente” para discutir a questão ambiental, promovido pela UNESCO/PNUMA. Desse evento, resultou a formulação do documento de Estratégias Internacionais de Ação em Material de Educação e Formação Ambiental, previstas para serem desenvolvidas no “Decênio de 1990”. Das estratégias e ações internacionais sobre meio ambiente, destaca-se o quanto a elaboração de material e a formação ambiental eram uma prioridade (BRASIL, MEC, 1998).

No Brasil, em 1988, época em que no mundo se discutia sobre o aceleramento da devastação dos recursos naturais, tem-se como resposta as demandas do Congresso

Internacional sobre a Educação e a Formação relativa ao Meio Ambiente, a inclusão do capítulo VI na Constituição da República Federativa do Brasil sobre o Meio Ambiente, cujo Art. 225, **§ 1º** estabelece as atribuições e responsabilidades do poder público para a garantia do "direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado", destacando especificamente no inciso VI: "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente" (BRASIL, 2013; BRASIL, 1988).

A EA ainda estava sendo o centro das atenções e muito discutida no passar dos anos, como consequência de ainda estarem em evidência, principalmente no que tange ao modo como seria desenvolvida nas escolas e quem o faria, sem as Organizações Não Governamentais - ONGs, sem os professores, sem representações etc., bem como a hierarquia em relação à descentralização das ações e encontros promovidos.

Segundo Gadotti (2010), na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, promovida pela ONU, conhecida como RIO – 92, o MEC apresentou o resultado das propostas de EA estabelecidas anteriormente, surgindo assim, ao final do evento, a Carta Brasileira para a Educação Ambiental, sinalizando potencialmente para a necessidade de capacitação de mediadores para o ensino da EA.

No Brasil, como decorrência das discussões da RIO – 92, em 1994 criou-se o Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, estabelecido para tratar as questões ambientais entre as modalidades de ensino em diversos níveis de educação, até nos espaços de educação não-formais. Em meados dos anos 1990, foi proposta a Lei nº 9.276/96 que tinha como objetivo estabelecer a promoção da educação ambiental com utilização das noções tecnológicas para uma gestão sustentável dos recursos naturais. No entanto, em 1997, a Conferência Internacional em Thessaloniki sobre Meio Ambiente e Sociedade, reconheceu que os propósitos da criação da RIO – 92 não foram alcançados, mesmo passados mais de cinco anos. Esse período não foi suficiente para sanar os problemas ambientais e conscientizar a sociedade para as questões que suscitaram a criação da EA (BARBIERI, 2011).

Portanto, o Brasil insere as discussões ambientais nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, definindo que o trabalho ocorreria dentro dos conteúdos das disciplinas, ou seja, as questões educativas ambientais seriam tratadas como tema transversal. "A transversalidade da questão ambiental é justificada pelo fato de que seus conteúdos, de caráter tanto conceituais (conceitos, fatos e princípios), como procedimentais (...), e atitudinais (...), formam campos com determinadas características em comum [...]" (OLIVEIRA, 2007, p. 108).

A responsabilidade quanto à aplicação das ações seria dos governos nacionais,

organizações, empresas e instituições de ensino, surgindo assim, a preparação de parâmetros que estabelecem atitudes a serem seguidas. A dimensão de conteúdos no campo do saber possibilita a inserção das propostas educativas de EA. Esta seria uma das maneiras de estabelecer a inserção da EA na sociedade como um todo, via escola.

Considerando o exposto até aqui, observou-se que, à medida que as discussões sobre a questão ambiental foram intensificadas a nível mundial e, no Brasil, se vivenciava o processo de redemocratização, o retorno das dimensões participativas na sociedade e o reconhecimento do fator ambiental na discussão do desenvolvimento, principalmente, foi se estruturando, mesmo que de forma incipiente, um aparato legal e ações no âmbito educativo e escolar, a exemplo do ProNEA (1994), da Lei 9.795/99 e da inserção da educação ambiental como tema transversal nos PCNs (1998) para o ensino fundamental, vistos como instrumentos legitimadores da Educação Ambiental nos espaços escolares e os saberes ambientais como promotores de mudanças de postura, capazes de construir uma nova consciência na sociedade sobre como agir para utilizar e gerir os recursos naturais de modo sustentável.

Nesse sentido, Capra (2006, p. 15) ressalta a importância de que:

> A educação por uma vida sustentável estimula tanto o entendimento intelectual da ecologia, como cria vínculos emocionais com a natureza. Por isso, ela tem muito mais probabilidade de fazer com que as nossas crianças se tornem cidadãos responsáveis e realmente preocupados com a sustentabilidade da vida; que sejam capazes de desenvolver uma paixão pela aplicação dos seus conhecimentos ecológicos à reformulação das nossas tecnologias e instituições sociais, de maneira a preencher a lacuna existente entre a prática humana e os sistemas da natureza ecologicamente sustentável.

Desse modo, o ensino de EA contido nos diversos espaços poderá promover nos sujeitos a mudança de hábitos em relação ao seu meio ambiente; uma diversificação no reconhecimento do que seja educação ambiental, promovendo o conhecimento do que é, de como ela se propõe como ciência. Por conseguinte, reeducar o sujeito para que ele possa refletir sobre suas atitudes, são características ambientais para uma vida melhor.

Mediar o ensino de educação ambiental com objetivo de propiciar melhores condições no ensino e de aprendizagem dos estudantes, o cuidar de si por intermédio da alimentação saudável e da sustentabilidade constitui-se ações significativas de sujeito para sujeito, quer sejam eles o propulsor ou mediador nesse processo educativo.

De modo geral, a intensificação das discussões e pressões para a implementação das recomendações e acordos discutidos sobre a questão ambiental, assim como o entendimento da importância da educação ambiental para o alcance do desenvolvimento sustentável, ao longo da década de 1990 e início do Século XXI, em certa medida, continuou impulsionando

ações por parte dos governos.

Nesse sentido, ressalta-se a promulgação da Lei 9.795 de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental – (PNEA). Nesta lei, a Educação Ambiental é entendida como "o processo por meio das quais as pessoas e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente". De acordo com Barbieri (2011) e Morimoto e Sorrentino (2016), os princípios e diretrizes da lei visam os direitos do ser humano ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, mas também destacam o papel de cada pessoa nesse processo. Logo, os princípios e diretrizes propõem a democratização dos processos educativos e melhor articulação e engajamento da população nas tomadas de decisão, tendo em vista a questão socioambiental.

A Política Nacional de Educação Ambiental, em suas disposições gerais, engloba a criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente – Sisnama, o qual é constituído pelos Órgãos e entidades da União de Estados, Distrito Federal e Municípios, entre outros, e é responsável pela proteção ambiental, podendo integrar e regular atuações educativas das instituições públicas e privadas, organizações governamentais e não governamentais. Portanto, é por meio do Sisnama que os "órgãos vinculados" promovem e ou deverão promover ações de Educação Ambiental integrada aos "programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente" (MORIMOTO; SORRENTINO, 2016, p. 118-119).

Os delineamentos da Educação Ambiental, segundo pontuam Mutim (1993 - 2018), Loureiro, Layrargues e Castro (2011), Morimoto e Sorrentino (2016), visam o desenvolvimento de práticas educativas no âmbito formal e não-formal, tendo a multi, trans e a interdisciplinaridade como elementos fundantes. Tais práticas deverão proporcionar o maior envolvimento dos sujeitos sociais na reflexão e ação voltadas às questões ambientais e, consequentemente, na maior participação no controle social sobre o uso dos recursos naturais. Com isso, busca-se uma nova ética na relação sociedade-natureza, cujos processos de construção e efetivação dependerão da produção, divulgação e acesso a conhecimentos e informações de cunho ambiental por parte da população, nos espaços escolares e não escolares.

No estado da Bahia, após um processo participativo de consultas nos chamados territórios de identidades, foi instituída a Política Estadual de Educação Ambiental, por meio da Lei 12056/11, que atribui "o programa Estadual, os Municipais e Regionais de Educação Ambiental, bem como projetos e ações na área, que devem com ela estar sintonizados e por ela serem fomentados. Conhecer e entender a Lei são os passos iniciais para que isso

aconteça". (LEI 12056/11 - PEEA, 2012, p. 13).

A definição de Educação Ambiental apresentada na Lei 12056/11 está articulada com o que fora relatado na Política Nacional de EA, "[...] o conjunto de processos permanentes e continuados de formação individual e coletiva para a sensibilização, reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos, visando uma relação sustentável da sociedade humana com o meio ambiente que integra". (LEI 12056/11 - PEEA, 2012, p. 13).

De modo geral, observa-se que as políticas de EA Nacional e Estadual buscam potencializar as ações e articulações relacionadas a processos educativos formais e não formais capazes de promover sensibilização, reflexão, construção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos em torno da relação ser humano / sociedade e o meio ambiente.

3.2 O conhecimento e as aprendizagens sobre a Educação Ambiental – EA

A caminhada sobre a Educação Ambiental – EA envolve a contextualização referente a forma como são tratados seus princípios e questões que interferem diretamente nos modos de vida das pessoas, tanto na área educacional quanto na saúde. Por exemplo, a Educação Ambiental crítica aponta para o discurso atrelado às manifestações transformadoras que caracteriza a criticidade em EA, como na ecopedagogia se assume o papel de prática social (LOUREIRO, 2007).

Estamos tratando aqui de uma abordagem que tem por característica pôr em vista a prática educativa, situar o fazer docente com base nas abordagens de EA, especificamente, a perspectiva crítica. Aponta Loureiro C. (2007) que a EA crítica, considera a análise integrada entre natureza e sociedade. Estas relações estão vinculadas a dimensões culturais, educacionais, econômicas, étnicas, de gênero, nacionalidade e vínculo familiar, entre outros aspectos que influenciam nas relações.

Nesse aspecto, a partir do entendimento de como se tem estabelecido a relação entre sociedade e natureza, seus reflexos e condicionantes, a Educação Ambiental pode permitir aos sujeitos compreenderem os problemas ambientais, seus fatores, condicionantes, além de contribuir com a construção de outro modo de viver no mundo atual, tencionando os sujeitos a procurarem formas de solucionar os problemas ambientais (REIGOTA, 2001). Deste modo, nos estudos sobre EA, devem-se apreender os fundamentos e diretrizes que lhe dão base.

A importância de reconhecer os condicionantes econômicos, políticos, sociais, culturais etc. que permeiam a relação entre sociedade e natureza deve-se ao fato de que, nem

sempre, mais desenvolvimento econômico reflete mais desenvolvimento social e com qualidade ambiental, por exemplo; assim como o inverso também pode ser percebido.

Como ressalta Mutim (2007, p. 117), "(...), nem sempre a melhoria dos padrões educacionais [por exemplo,] representa a melhoria imediata da qualidade de vida das pessoas". O autor expõe essa reflexão, retratando sobre as 'análises de variáveis sociais'. E tais questões são importantes, pois é preciso considerar o caráter multidimensional da questão ambiental, entendido como um processo integrado e relacional. Quer dizer, se a melhoria dos padrões sociais e educacionais da população são em si importantes, igualmente é o tipo de desenvolvimento pretendido, no sentido de compreender o quanto as racionalidades econômicas impactam negativamente sobre os recursos naturais e o meio ambiente, elemento que não está desarticulado da dimensão cultural e política.

De todo modo, os processos educativos em educação ambiental devem considerar essa complexidade e a educação em si deve ser compreendida como um ato, pautando-se no desenvolvimento das pessoas integralmente. Além disso, o processo formativo deve possibilitar ao indivíduo o diálogo na construção do conhecimento, a transformação social através da teoria e prática (PAZ, 2017; LOUREIRO, 2012).

A abordagem da temática ambiental na escola deve proporcionar ao estudante compreender o contexto social, político, econômico e cultural em que está inserido e, portanto, reconhecer sua história, as potencialidades e riquezas naturais, a sociobiodiversidade da qual faz parte e está inserido, além de possibilitar compreender e respeitar as variedades de modo de vida dos muitos grupos sociais em seus contextos territoriais. Neste sentido, a transversalidade da temática ambiental pode e deve permitir o desenvolvimento do pensamento crítico, do saber ambiental e da formação de sujeitos conscientes ambientalmente.

No entanto, ainda é recorrente pensar a Educação Ambiental atrelada à gestão ambiental, modos e meios de gerir os recursos naturais e propostas de sensibilização para com o cuidar do meio ambiente e dos recursos naturais. Todavia, o rompimento com essas tendências e princípios norteadores tem sido tencionado e discutido por autores que defendem a educação ambiental crítica. Como aponta Loureiro (2007, p. 67):

> A **educação ambiental crítica**, portanto, rompe com tal tendência, pois esta é, em última instância, reprodutivista das relações de poder existentes – algo muito agradável a setores que querem que "tudo mude para permanecer como está", desde que os riscos de colapso ecossistêmico e degradação das condições de vida no planeta sejam minimizados ou "empurrados para a frente" (grifo do autor).

Associado a isso, não se pode esquecer a intrínseca relação entre as questões

ambientais e a questão alimentar. Por conseguinte, a questão alimentar é um problema social, no tocante ao acesso em quantidade e qualidade, enquanto direito humano violado; mas também ambiental e biocultural, à medida que a indústria agroalimentar destrói ou se apropria mercadologicamente de patrimônios bioculturais, reduz a biodiversidade agroalimentar e degrada os recursos naturais.

Segundo o que apresenta Cavalcante (2013, p. 04) o "ser humano se lançou na produção e no consumo em massa, o que resultou e resulta diversos efeitos colaterais à saúde humana e a degradação ambiental". As políticas de educação ambiental permeiam a construção e a ressignificação dos valores sociais.

Em alguma medida, os objetivos e intencionalidades das políticas de educação ambiental (nacional e estadual) apontam para a necessidade de mudança de postura, a construção de valores, sensibilidades, visão crítica dos sujeitos frente a crise ambiental; porém, a construção da mudança efetiva a partir da práxis educativa ambiental dependerá dos efeitos cumulativos ascendentes - quer dizer, articulado, retroalimentador e sinérgico - envolvendo sujeitos (âmbito individual) e sociedade (âmbito coletivo). Dessa forma, considerando como os processos educativos formais e não formais poderão também garantir maior envolvimento, participação e controle social dos sujeitos nas decisões políticas sobre as questões ambientais, compreendendo seu caráter integrado e multidimensional com a questão urbana, social, agrária etc., como: o saneamento básico, o acesso e a qualidade da água, do ar, a conservação dos solos, a sociobiodiversidade, a diversidade genética agroalimentar, o direito de todos à alimentação, à segurança e à soberania alimentar, dentre tantas outras questões de interesse público que tangenciam a vida de todos os cidadãos.

Nesse sentido, Leff (2003, p. 126) enfatiza que "a aprendizagem ambiental" é uma "rede de interpretações, em que o papel do educador é textual e seu pensamento prático se comporta como um demarcador de rotas e um investigador de sentidos". Quando se atribui o ato de sensibilizar o estudante em todas as modalidades de ensino refere-se à "[...] percepção, interação, cuidado e respeito para com a natureza e cultura destacando a diversidade dessa relação. [...] desenvolver o raciocínio crítico, prospectivo e interpretativo das questões socioambientais bem como a cidadania ambiental [...]" (LIPAI; LAYRARGUES; PEDRO, 2007, p. 30). Assim, a temática ambiental também promove o trabalho com interdisciplinaridade abrangendo conceitos e temas diversificados como saúde, educação. São atitudes como: reconhecer, trabalhar e lidar com o meio ambiente que se diversifica e torna essencial e importante o trabalho com um tema relacionado à saúde e alimentação.

3.3 Aspectos da Política de Alimentação Escolar: o PNAE e aproximações com a Educação Ambiental

No Brasil, a problemática social refletia também na necessidade de garantir alimentação aos estudantes, na perspectiva da nutrição, cujos esforços iniciais no âmbito do poder público resultaram na Campanha de Merenda Escolar (CME) em 1955, passando por alterações ao longo dos anos, sendo denominado e formatado o Programa Nacional de Alimentação Escolar, somente no ano de 1979 (BRASIL, SITE FNDE, 2020, on-line).

A criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) teve como objetivo garantir, por intermédio do repasse financeiro do FNDE às instituições escolares, a alimentação para os estudantes de modalidades como: Educação Infantil, (que também se compreende as creches e pré-escola) até o último ano do ensino fundamental (BRASIL, SITE FNDE, 2020, on-line).

Atualmente:

> O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado (BRASIL, SITE FNDE, 2020, on-line).

De forma sintética, apresenta-se no quadro a seguir o percurso histórico de desenvolvimento do que atualmente se configura como Programa Nacional de Alimentação Escolar, a partir das mudanças incrementais ensejadas.

Quadro 04 – Histórico de estruturação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

O PROGRAMA PNAE	
Década de 40, origem do programa.	O "Instituto de Nutrição defendia a proposta de o Governo Federal oferecer alimentação escolar". Não havia disponibilidade de recursos para concretizar a proposta.
Década de 50, estruturação do programa.	Elaboração do "Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado **Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição"** (grifos nossos) "no Brasil".

	Primeiro programa estruturado em âmbito nacional e "sob responsabilidade pública." Do "plano original", sobreviveu "apenas o Programa de Alimentação Escolar (contou com o financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (Fisi), atualmente Unicef)" "Em 31 de março de 1955", foi instituída a que "Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao Ministério da Educação, através do Decreto n° 37.106. [...]." "Decreto n° 39.007, de 11 de abril de 1956: a CME tornou-se em "Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional".
Década de 60, alteração da campanha de merenda escolar para campanha de alimentação escolar e seus financiadores.	Alteração em 1965, da CNME para "Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto n° 56.886/65." Surgimento de vários "programas [...] destacavam-se o Alimentos para a Paz, o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU)".
Década de 70, Efetivação da denominação do programa e vínculo gerador.	(1976) "II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan)" (financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar). Em 1979 muda-se a nomenclatura do programa para "Programa Nacional de Alimentação Escolar".
Década de 80, aos estudantes o direito constituído a alimentação escolar.	Constituição Federal, em 1988 - assegura o "**direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental"** (grifos nossos). Programa suplementar de alimentação escolar (governo federal, estaduais e municipais).
Década de 90, execução do programa com gerenciamento de órgão regulamentadores e processos licitatórios	"Até 1993 - execução" e gerenciamento de todas as etapas operacionais (**inclusive "controle de qualidade"**) do programa de forma centralizada (órgão gerenciador); (grifos nossos). "1994 - descentralização dos recursos para execução do Programa instituído por meio da Lei n° 8.913, de 12/7/94". Consolida-se a descentralização, já sob o gerenciamento do FNDE, com a "Medida Provisória n° 1.784, de 14/12/98".

Década dos anos 2000-2010, do programa de alimentação escolar – PNAE principais avanços e conquistas desde sua criação.	Avanços com a "Medida Provisória n° 2.178, de 28/6/2001": - "obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pelo governo federal sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos e **o respeito aos hábitos alimentares regionais** e à vocação agrícola do município, fomentando o **desenvolvimento** da economia **local"**. (grifos nossos). - A inserção "do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do Programa"; 2006 - "exigência da presença do nutricionista como Responsável Técnico pelo Programa, bem como do quadro técnico"; "Criação dos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar - Cecanes" a partir da "parceria entre FNDE" e Instituições Federais de Ensino Superior; 2009 - sancionada a Lei nº 11.947, de 16 de junho. Resultados: "extensão do Programa para toda a rede pública de educação básica"; incorporação do "atendimento aos estudantes do Programa Mais Educação e de jovens e adultos"; e "garantia de que, no mínimo, **30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar"** (grifos nossos). 2013 - Incorporação do atendimento aos estudantes de "Atendimento Educacional Especializado – AEE, para a Educação de Jovens e Adultos semipresencial e para aqueles matriculados em escolas de tempo integral." Quantos aos recursos financeiros, o PNAE "[...] **prioriza os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas** (grifos nossos) quanto à aquisição de gêneros da Agricultura Familiar". "2012 - aumento no valor repassado aos alunos matriculados [...], sob a diretriz da política governamental de priorização da educação infantil".

Década dos anos 2010-2020, fortalecimento do programa com demais políticas, programas, planos de alimentação e a agricultura familiar.	Resolução FNDE nº 26, 17/062013 - fortalecimento do "eixo de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)"; Resolução CD/FNDE nº 4, de 02/04/2015 - alterou a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução FNDE nº 26 relacionados às compras de alimentos da agricultura familiar, tendo como objetivo, a princípio, fortalecer o desenvolvimento local / territorial.

Fonte: Dados do site FNDE, quadro adaptado pela pesquisadora[1].

Nesse sentido, contextualizando sobre a função social, os aspectos educativos e as conjunturas possíveis para o enlace de temáticas grifadas no quadro, destacamos:

a) Conjuntura Alimentar e o problema da nutrição:

Para além dos aspectos sociais e econômicos de acessos ao alimento em quantidade e qualidade, no momento atual, as determinações em torno da Educação Alimentar e Nutricional refletem na operacionalização do PNAE à medida que a alimentação escolar deve promover o consumo de alimentos na forma in natura ou minimamente processados (FNDE, 2016). As práticas alimentares na escola devem constituir-se como processo educativo no sentido de promover a prática de hábitos alimentares saudáveis e o acesso à informação e conhecimentos relacionados à saúde e alimentação. Neste sentido, é importante a inserção de conteúdos no currículo escolar que promova ao estudante teoria e prática de educação nutricional sendo contextualizada com a realidade local (COSTA *et al*., 2001; BIZZO; LEDER, 2005; ZANCUL; DUTRA DE OLIVEIRA, 2007).

O PNAE, na maioria das propostas, visa o consumo de alimentos diversificados (na forma in-natura). Segundo Chaves (2006, p. 26), alimentos *in natura* "são todos os alimentos de origem vegetal ou animal que, para ser consumido, retira-se apenas a parte não comestível", para a oferta de uma alimentação saudável.

b) Direito à alimentação escolar:

As discussões sobre alimentação não devem se restringir a dimensão nutricional, mas compreender também as perspectivas política, cultural, econômica e ambiental. Neste sentido, o acesso ao alimento, enquanto direito humano garantido pelo Estado, é apenas uma dimensão. Embora este seja o ponto mais visibilizado na

[1] Acessado em Histórico portal do FNDE

operacionalização do PNAE, tal programa não tem se reduzido a isso à medida que a oferta da alimentação escolar deve estar também atrelada a discussão de educação alimentar e nutricional para os estudantes de todos os níveis da educação básica e pública nos âmbitos estaduais e municipais (SITE FNDE, 2018). O desafio, portanto, é estabelecer ou potencializar transversalmente as discussões sobre as outras dimensões no processo educativo escolar.

c) Respeito aos hábitos alimentares regionais e desenvolvimento local:

O reconhecimento da cultura alimentar local e regional exige compreender os processos históricos de produção de alimentos, a biodiversidade, as especificidades dos biomas e ecossistemas e, sobretudo, como se constituíram os agroecossistemas no processo relacional entre sistema social e sistema natural, além do patrimônio biocultural dos territórios. Em certa medida, isso também exige compreender como se deram e se dão as disputas e resistências dessa dimensão local com as imposições e pressões do sistema agroalimentar corporativo.

Assim, torna-se necessário que os sujeitos envolvidos no processo de aquisição de alimentos pelo PNAE conheçam as potencialidades e especificidades local e regional da cultura alimentar, sobretudo, aquilo que é produzido pela agricultura familiar camponesa, fomentando e fortalecendo a economia local através do dinamismo entre produção e consumo locais.

Toma-se como exemplo, a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas - COOMAFITT[2] no Rio Grande do Sul, que efetiva a aquisição de produtos os percentuais de 100%, para o atendimento ao PNAE. A efetuação da proposta desde 2006 é realizada no município e tem como ação concretizar melhorias alimentares no município e a valorização da agricultura familiar com a participação das comunidades.

Neste contexto, incentivar a agricultura familiar por meio do mercado institucional do

[2] Informações retiradas do site. "Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas - é uma cooperativa fundada em 2006 que desde então trabalha com projetos para viabilizar e manter a conexão do produtor e consumidor".
"Fundada em 5 de setembro de 2006 por agricultoras e agricultores familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas, no litoral norte gaúcho, a Coomafitt surgiu para promover o desenvolvimento socioeconômico dessas famílias por meio do comércio justo de alimentos de qualidade com respeito as pessoas e ao meio ambiente".
[...] "Em 2008, ao iniciar as atividades comerciais no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a cooperativa, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em dez anos, aumentou seu faturamento em 82 vezes. Hoje, os produtos alimentam 8,5 mil pessoas em situação de vulnerabilidade atendidas pelo PAA e mais de 198 mil estudantes por meio da Alimentação Escolar". Ver em: < http://www.coomafitt.com.br/nossa-historia> (Acesso em 20 de agosto de 2019).

PNAE é uma forma de potencializar a articulação econômica dos agricultores em grupos produtivos solidários e/ou cooperativas, mas, sobretudo, tem impulsionado e pode impulsionar a sustentabilidade ambiental à medida que se intensificam as práticas sustentáveis de produção entre os agricultores. Tal método tem sido fortalecido por processos formativos no âmbito da agroecologia, por exemplo, a fim de atender os direcionamentos do programa no tocante aos produtos orgânicos ou agroecológicos. Há, com isso, toda uma dinâmica local impulsionada a partir das estratégias de fortalecimento da agricultura familiar através dos mercados institucionais, cujos efeitos locais também dependerão de vários fatores.

De todo modo, como ressaltam Canuto e Carmo (2009, p. 28), "a diversidade ecológica na agricultura familiar não é repensada somente pelas diferentes condições dos solos e climas [...]" (CANUTO; CARMO, 2009. p. 28), mas também pelo fortalecimento da educação ambientalmente, alinhavando o desenvolvimento local e territorial, a partir de propostas subjetivas que integram as pessoas do local, não só para o desenvolvimento no âmbito de promover a política nutricional, mas também para o caráter de responsabilidade social da comunidade local.

d) Produtos da agricultura familiar:

A criação de mercado institucional para a agricultura familiar através do PNAE foi uma estratégia importante do governo federal para potencializar esse grupo social e potencializar as economias locais, mas também reflete preocupações no tocante à segurança alimentar e a alimentação saudável.

Portanto, a compra de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar tem como ênfase a alimentação saudável, considerando a produção orgânica / agroecológica de alimentos, portanto, respeitando os recursos da natureza na produção, manejo e utilização da terra e da água.

Nesse sentido, do ponto de vista educativo, o elemento crucial desse redirecionamento apresentado na política de alimentação escolar [somando-se a outros instrumentos normativos como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (Lei nº 11.346/2006)] refere-se às possibilidades emergidas no tocante à valorização da cultura local, dos saberes tradicionais, da memória e do patrimônio biocultural, da identidade local que perpassam de forma relacional a produção e o consumo de alimentos locais e as questões ambientais.

Para tanto, numa perspectiva freireana, alcançar tal perspectiva pressupõe superar uma

educação fragmentada e descontextualizada da realidade local, reconhecer a dimensão cultural e se constituir enquanto problematizadora da realidade, verdadeiramente dialógica. Nesse sentido, Conti e Schroeder chamam nossa atenção quanto ao tipo de projeto educativo frequentemente encontrado nas escolas do campo e no semiárido:

> Descontextualizada, ignorando intencionalmente a realidade onde está inserida e a serviço de cuja modificação deveria estar atuando. Por isso, a realidade do Semiárido, suas perspectivas, os valores de seu povo, sua música, seus costumes, danças, comidas, lutas, são dimensões ausentes, não apenas dos livros didáticos, mas de debates e conteúdos outros que os professores desenvolvem para além dos livros didáticos (CONTI; SCHROEDER, 2013, p. 103).

De forma mais específica, quanto a relação entre alimentação escolar e alimentação saudável apontando possibilidades para as questões ambientais, a Lei 11.947 de 16/06/09 destaca a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional no processo de ensino e aprendizagem através de temas relacionados à alimentação e nutrição na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. Neste sentido, é importante que o conceito de segurança alimentar seja revisto quanto à redução da perspectiva da qualidade ao aspecto nutricional, de modo a potencializar a perspectiva da agricultura ambientalmente sustentável, pois esta é capaz de garantir uma alimentação saudável, isto é, "alimentos de qualidade biológica superior" àqueles produzidos pelos pacotes biotecnológicos (transgênicos, agrotóxicos etc.) (CAPORAL, 2015). Com isso, pode-se potencializar a inter-relação entre a alimentação escolar saudável e a educação ambiental.

Como visto até aqui, o potencial de relacionar Educação Ambiental e Alimentação Escolar encontra-se na discussão de segurança alimentar e, consequentemente, alimentação saudável. De forma específica, os PCN de Meio Ambiente apresentam propostas de estabelecer essa relação a partir das temáticas sobre alimentação saudável e nutricional, fortemente equiparado ao exposto na Lei sobre Segurança Alimentar e Nutricional.

Como está representado nos PCN, o ensino de EA vislumbra o cuidar da realidade das pessoas nos aspectos culturais, econômicos e morais, pressupõe o cuidar de si a partir do respeito com a natureza e, consequentemente, consigo. Deste modo, ensino de EA deve perpassar pelas ações de AE à medida que no ato educativo seja considerado a relação entre sociedade e natureza na produção de alimentos, considerando os aspectos culturais, econômicos, políticos e suas consequências ambientais. Portanto, reforça-se a necessidade da EA constituir-se como transdisciplinar, a partir de uma análise crítica e interpretativa da realidade social e cultural dos educandos.

Nesse sentido, para a UNESCO (2005, p. 44), a EA "é uma disciplina bem

estabelecida que enfatiza a relação dos homens com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente". A EA no processo pedagógico apoia-se em fenômenos entre os conhecimentos pré-adquiridos dos estudantes e a mediação do educador para aquisição de novos conhecimentos, aprendizagens evidenciadas no decorrer do processo pedagógico.

Os fenômenos são vislumbrados em torno de conceitos científicos, estes por sua vez transmutam e expande em conhecimento. Segundo Loureiro e Cossio (2007, p. 58):

> Desde a segunda metade dos anos 90, o Brasil vem realizando esforços por intermédio da criação e implementação de diretrizes e políticas públicas no sentido de promover e incentivar a educação ambiental no ensino fundamental. Com o intuito de avaliar esses avanços, o Ministério da Educação iniciou, em 2005, um projeto de pesquisa denominado "O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental?" objetivando mapear a presença da educação ambiental nas escolas bem como seus padrões e tendências.

Enfim, a EA seria/será a ciência que poderá/pode contribuir para o surgimento de fenômenos no âmbito pedagógico, práticas e teorias em prol do **cuidar de si, da saúde** (grifos nossos) por meio do ensino e da aprendizagem do cuidado com a alimentação dos educandos como ato educativo.

O cuidar de si e da saúde está relacionado ao que afirma a segurança alimentar atribuída no art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu conceito mais amplo, a qual visa que todas as pessoas tenham acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. Como apresentado anteriormente neste trabalho, a declaração está assegurada pelo art. 6º da Constituição Federal brasileira. O conceito de qualidade na alimentação, para este estudo, está atribuído à forma de produção dos alimentos, conforme sinalizado anteriormente.

Nesse sentido, a práxis educativa ambiental na escola pode e deve problematizar os aspectos que permeiam a produção, distribuição, acesso e consumo de alimentos, considerando as particularidades dos agroecossistemas locais / regionais, as questões ambientais, a gestão social local / territorial dos recursos ambientais e seus efeitos para as populações, a garantia e condições para o acesso a alimentos sustentáveis. Portanto, a discussão da segurança alimentar e nutricional, da alimentação saudável ou sustentável deve estar circunscrita na perspectiva da complexidade, interdisciplinaridade e criticidade do saber ambiental.

Destarte a percepção dos sujeitos envolvidos no contexto pedagógico sobre a relação da EA com AE pode surgir a partir de fenômenos que imbricam novas possibilidades para a

análise integrada destas duas temáticas. Segundo Macedo (2000), isto será possível à medida que as pessoas forem motivadas, estimuladas a refletir e problematizar sobre seu entorno, sua comunidade, seu lugar, as questões ambientais vividas.

CAPÍTULO IV

"Mais grave ainda que a fome aguda e
total, devido às suas repercussões sociais
e econômicas, é o fenômeno da fome
crônica ou parcial, que corrói silenciosamente
inúmeras populações do mundo".
(Josué de Castro, 1946)

4 AS PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS DA ESCOLA EMBG SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR[3]

Neste capítulo, procuraremos discutir como os sujeitos da pesquisa veem a relação entre a educação ambiental e a alimentação escolar nos processos pedagógicos e educativos da escola, de que modo e se esses sentidos atribuídos à relação entre educação ambiental e alimentação escolar influenciaram ou influenciam outras ações, práticas, processos educativos desenvolvidos na escola e em sua relação com a comunidade.

Para tanto, toma-se como referência para essa discussão os pressupostos fundamentais da Educação Ambiental no que tange às práticas educativas, procurando no contexto de inserção espacial da escola (o assentamento agroextrativista às margens do Rio São Francisco) reconhecer as potencialidades que fomentam ou poderiam fomentar práticas educativas e interdisciplinares calcadas na estreita relação entre Educação Ambiental e Alimentação Escolar.

4.1 Educação Ambiental e Alimentação Escolar: perspectivas da Política Curricular Municipal

De acordo com a Resolução CEE 11/2017 e defendido por vários autores (MUTIM, 2007; GUIMARÃES, 2015; BUSQUETS, 1997), a Educação Ambiental pode ser trabalhada em diversas disciplinas, permeando o que se chama de inter, trans e ou multidisciplinar no processo educativo escolar, assim como se compreende que a Educação Ambiental pode ser

[3] Considerando o grau de repetição nas falas dos participantes, procurou-se apresentar algumas falas que sintetizaram as percepções semelhantes dos sujeitos participantes, organizadas a partir dos eixos temáticos estabelecidos com base nas próprias informações coletadas. Reforça-se que se buscou sempre considerar as percepções divergentes, quando houve.

desenvolvida em outros espaços não escolares. Com isso, faz-se necessário "o aprofundamento da práxis em educação ambiental, contribuindo assim para que ela se torne mais consistente e consequente" (CARVALHO; TOMAZELLO; OLIVEIRA, 1980, p. 07).

A forma como se dá o entendimento dessas questões e de que modo são inseridas na política curricular dos municípios tem sido diversa. A presença marcante da discussão de determinada temática (neste caso específico a educação ambiental e a alimentação escolar) na política de educação municipal requer atenção quanto ao seu significado, princípios e valores explicitados aos sujeitos envolvidos no processo escolar. Mas isso não significa que os sujeitos não possam construir outros sentidos a partir de sua leitura de mundo. Além disso, é preciso compreender o processo histórico, o contexto territorial e as racionalidades que deram forma a própria política curricular, a fim de balizar as críticas, os problemas identificados e até reconhecer possíveis potencialidades nos rumos tomados. Porém, para efeito deste trabalho, não se tem como objetivo imergir na dinâmica política do processo de construção das políticas locais – seja a política curricular ou os referenciais de Educação Ambiental –, mas analisar, a partir dos sujeitos, os sentidos por eles construídos na experiência vivida: as aprendizagens apreendidas com o processo, as problematizações feitas pelos sujeitos envolvidos, o que tem sido possível construir na prática pedagógica, de que forma tem sido pensado e como ou se isso tem permitido potencializar a racionalidade ambiental e a práxis ambiental na escola, por seus sujeitos e com a comunidade.

No tocante ao município de Serra do Ramalho, as experiências com projetos desenvolvidos no âmbito dos governos federal e estadual por órgãos e/ou instituições ligadas à educação, meio ambiente, agricultura (ou desenvolvimento agrário), desenvolvimento territorial, por se tratar também de uma região agrária e margeada pelo Rio São Francisco, em certa medida, contribuíram para a construção da proposta de educação ambiental a ser articulada na política educacional local, na política curricular, mesmo com seus equívocos no âmbito legal.

Do ponto de vista da Lei 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a Educação Ambiental deverá se constituir "como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal" (Art. 10). Além disso, salienta que o desenvolvimento da educação ambiental na escola não deve ser estruturado na forma de disciplina específica, conforme § 1º, do Art. 10, sendo facultada sua criação aos cursos de pós-graduação, extensão e processos de formação centrados nos aspectos metodológicos da educação ambiental (§ 2º, Art. 10).

No entanto, no município de Serra do Ramalho, desde o ano de 2017, a educação

ambiental passou a ser trabalhada como disciplina específica a partir dos novos delineamentos da política curricular municipal. Alguns relatos dos sujeitos entrevistados destacam como foi esse processo e veem a mudança. Segundo um dos coordenadores:

> *Antes não tinha educação ambiental no currículo, ou na matrícula escolar de Serra do Ramalho, foi criada a partir de 2017, mas com viés principalmente de levar para as escolas a questão, além de levar todas essas questões agroecológicas e ambientais, mas também com esse viés de uma alimentação saudável (Coordenador 01, Data: 02/12/2019).*

De forma específica, não significa que as temáticas relacionadas às questões ambientais não fossem trabalhadas antes de 2017 nas disciplinas mais correlatas às temáticas ambientais. O importante aqui é percebermos que a partir de 2017, assentada em condições objetivas construídas, a educação ambiental passou a ter uma focalidade nos direcionamentos da política educacional municipal. Ações intencionalmente executadas nas escolas ocorriam na forma de projetos, a partir de pactuações com outras esferas administrativas, nem sempre continuados ou com capacidade de criar maior sinergia no processo educativo. Também é fundamental destacar que se soma a esse movimento (de forma implícita ou não) a dinâmica territorial posta em curso, mais ou menos a partir de 2010 pelos movimentos sociais e os agentes institucionais do território, principalmente ao que tange as diversas ações de formação, extensão e cursos formais relacionados à Agroecologia, a Educação do Campo e Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, também com envolvimento de professores (agricultores).

Embora na PNEA esteja definido não desenvolver a educação ambiental como disciplina, é importante problematizar, por um lado, em que medida as escolas têm conseguido articular processos educativos permanentes, articulados e perenes como previsto na legislação. Por outro lado, reconhecer o contexto de município rural com históricas lutas por acesso à terra, graves problemas relacionados à devastação da caatinga / da vegetação nativa em função de políticas estaduais mal sucedidas de fomento da pecuária leiteira no semiárido, devastação das matas ciliares, uso excessivo de agrotóxicos, principalmente nos perímetros irrigados, e entender como tudo isso se coloca como desafios urgentes para as ações dos agentes públicos e dos processos educativos formais e não-formais.

Portanto, as experiências anteriores de execução de projetos com foco em hortas escolares, no município de Serra do Ramalho, inclusive o que inspirou a existência de disciplina no currículo escolar municipal denominada de Práticas Agrícolas, pode ter sido o fio condutor de enfrentamento das demandas emergentes sob a égide das condições objetivas

apresentadas. A questão, porém, que se apresenta como desafiadora ao contínuo ressignificar do processo educativo, o qual deve/deveria estar calcado numa atitude reflexiva dos sujeitos envolvidos com a dimensão do ensino nas práticas educativas/pedagógicas é a capacidade dos educadores e gestão pensarem outras práticas de caráter inter, multi e transdisciplinares no âmbito da disciplinaridade, ao ponto de superar as limitações talvez impostas da própria disciplinarização da educação ambiental. Dito de outro modo, diante do processo posto em curso, é preciso discutir o que se tem aprendido no e com esse processo a ponto de romper com a forma (disciplina) sem perder o conteúdo (educação ambiental) e a dinâmica (perenidade e articulação das ações, caso existam).

Alguns tencionamentos nessa direção têm sido vistos no movimento da política educacional municipal, não demonstrando ainda o salto qualitativo necessário à educação ambiental, mas ressaltando, enquanto passos lentos necessários, o reconhecimento da disciplina de educação ambiental como "tema integrador", conforme destacado abaixo em documento da SEDUC - SR:

> Apresentamos a disciplina de Educação Ambiental para os anos iniciais e finais do ensino fundamental na condição de tema integrador, prevalecendo a compartimentalização em disciplinas, buscando seu espaço condicionada a autonomia das escolas, o que amplia o cumprimento da legislação em vigor e na inserção de um entre outros debates necessários à educação (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO-BA - SEDUC-SR, 2019, p. 02).

Acreditamos que a educação ambiental, já que apresentada como disciplina no município estudado, deveria ser entendida como espaço articulador, dialógico e fomentador de ações, práticas e discussões com as áreas disciplinares do currículo escolar. Isso significa que, com a existência de um "educador ambiental" na escola, deveria igualmente haver mais ações e práticas voltadas à educação ambiental de forma articulada com outras áreas, entendendo e concebendo essa experiência como formativa para todos os professores da escola, o que precisaria na mesma medida de engajamento, articulação e planejamento dos sujeitos diretamente envolvidos com os processos educativos de ensino. Neste sentido, quatro questões são aqui importantes para nossa discussão:

a) Quanto ao professor da disciplina de Educação Ambiental:

É preciso compreender que a temática ambiental tem caráter transversal nas diversas áreas do conhecimento e da vida social. Logo, pensando na necessidade de processos educativos inter, multi, transdisciplinares e transversais na escola, o "professor de educação

ambiental" precisaria se entender como "educador ambiental", pelo menos. Estabelecendo diálogos e práticas, também articulados com a comunidade local, no sentido de potencializar, na relação entre EA e alimentação escolar, discussões pautadas nos fundamentos da agroecologia, nas metodologias participativas, no diálogo de saberes. Obviamente que para isso se faz necessário os direcionamentos da política educacional no âmbito local, compreender a disciplina de educação ambiental não apenas como "tema integrador", mas como espaço dialógico fomentador e articulador de práticas, assim como pensar a formação continuada para os professores dessas disciplinas.

b) Quanto à formação continuada em EA e temas correlatos como a agroecologia para os professores de todas as disciplinas:

A formação complementar prevista na PNEA, mas também a formação continuada, inclusive durante os momentos de planejamento escolar, deve ser pensada na complexidade do enfrentamento dos desafios postos às questões ambientais e nas aprendizagens acumuladas de fortalecimento da articulação dos pressupostos científicos e formativos da EA, da Agroecologia e da Educação do Campo, reconhecendo as necessidades reais de construção da práxis educativa ambiental como um processo integrado e integrador, especificamente no contexto de escolas no campo e como a estudada neste projeto localizado no projeto agroextrativista.

É importante destacar que tem havido ação da Secretaria de Educação do município de Serra do Ramalho no tocante a formação continuada de professores, como salienta um dos coordenadores: "a gente também faz um trabalho de capacitação. Fizemos 2018 e 2019 um trabalho de capacitação de professores do fundamental I sobre as questões ambientais" (COORDENADOR 01, Data: 02/12/19).

Em certa medida, apesar da forma de focalização da educação ambiental na política curricular do município supracitado, é importante também considerar no movimento posto em curso e retroalimentado as possibilidades emergidas e construídas a partir dos sentidos atribuídos pelos sujeitos às experiências vividas, como destacado por uma professora:

> *Porque a educação ambiental junto com geografia e outras disciplinas que são interdisciplinares, a educação ambiental ela tem contribuído né, para alertar os alunos, além dos casos do meio ambiente né também os riscos que traz à saúde das pessoas (PROFESSORA 07, Data: 25/11/19).*

> *Bom! Eu vejo que a educação ambiental [...] deva ter uma estrutura de hortas dentro da escola, [...] para a gente trabalhar [...]atividades de matemática [...], em português na leitura né, escrita. (PROFESSOR 05, Data: 18/11/19).*

Portanto, a capacidade crítica dos professores de pensarem sua prática, o processo educativo e a política curricular são fundamentais para a construção de outros caminhos possíveis para a práxis educativa ambiental nas escolas, principalmente no campo, e em diálogo com as comunidades.

c) Planejamento articulado tendo a EA como temática transversal:

Para além das condições objetivas que garantam um planejamento articulado entre os professores, tendo a EA como tema transversal, é fundamental repensar a EA como "temática integradora" (como previsto no documento orientador da SEDUC-SR), e conforme destacados na fala *"Elevando o conhecimento de todos os envolvidos e incentivando e proporcionando através das aulas práticas como exemplo o cuidado com a água, fazer relação com a realidade deles".* (DIRETORA. Data: 29/11/19), pois a dinâmica a ser construída não é a centralização de ações, práticas e reflexões "singulares" ao que pode vir a ser "conteúdo apenas da disciplina de EA". Pelo contrário, o desafio de potencializar planejamentos articuladores de ações e práticas consiste também no entendimento da atual disciplina de EA como fomentadora de discussões transversalizadas no processo educativo escolar.

d) Capacidade de articulação da EA com a discussão de Agroecologia e Alimentação Saudável:

Embora haja uma tendência de aproximar a EA e a Agroecologia nas falas dos sujeitos, conforme destacado na fala do Coordenador 01 sobre a regulamentação da educação ambiental na rede municipal articulada com a agroecologia e a alimentação saudável, é preciso reconhecer que essa articulação de perspectivas científicas e temáticas dependerá de um conjunto de fatores - formação, planejamento articulado, relação com a comunidade, desenvolvimento de práticas educativas integradoras na escola, dentre outras.

A partir do exposto até aqui, apresentamos de forma específica como a proposta de educação ambiental tem sido pensada na política curricular municipal. Neste aspecto, um dos Coordenadores destaca que:

> *É uma proposta municipal, então assim, mas a gente coloca dentro da proposta, vai anexo, ou como tema trabalhar os* ***projetos orgânicos*** *né, é aí a gente tem como projeto básico, assim, hortas na escola porque horta não é, pode ser uma coisa simples, mas ela é um pouco complicada, mais a partir da horta se* ***trabalha vários temas*** *assim a* ***gente dá liberdade a escola*** *e eles tem* ***autonomia de trabalhar projeto*** *que eles quiserem lá né, desde que* ***não seja o projeto do agronegócio****, a*

> *gente não quer, é voltado sempre para **agricultura familiar** que é onde a gente respeita o ambiente é meio ambiente e o recurso naturais. A temática e essa [...]. (Coordenador 01, Data: 02/12/19). (grifos nossos).*

Entende-se que, embora o projeto referência para a Secretaria de Educação seja a horta na escola, a organicidade desta na escola será construída por aquilo que os professores conseguirem fomentar enquanto práticas pedagógicas e interdisciplinares com a horta, tendo-a como um importante espaço educativo. O reconhecimento de que a horta não é uma "coisa simples" indica a necessidade de ela ser operacionalizada e pensada como espaço didático, educativo, tencionador de diálogo de saberes tradicionais, científicos, problematizador da realidade ambiental (NETTO, 2006; SANTOS e GAMA, 2018). Para isso, exige-se conceber a práxis educativa e pedagógica como um ato "rigoroso" do fazer docente, de reflexão sobre a prática, seus sentidos, seus objetivos e sobre os sujeitos: o que ensinar, como, por quê, por quais meios, para quê, mas também reconhecer o que se pode com isso aprender, enquanto espaço de saberes em diálogo, espaço de problematização.

Esse exercício reflexivo sobre o processo educativo e as práticas pedagógicas é fundamental, uma vez que, como lembra Freire (2015, p. 10), "o ato de educar é fundamentalmente um ato político". É neste aspecto que o coordenador destaca qual projeto de campo e visão de relação entre sociedade e natureza orienta e deve orientar o fazer docente. Quando ele destaca o projeto de agricultura familiar em detrimento do projeto do agronegócio, evidencia que é preciso problematizar no processo educativo esses dois modelos de campo, aquilo que eles representam e reproduzem, seus efeitos na sociedade e na vida das pessoas.

No contexto específico do Território Velho Chico, a escola e a comunidade estão próximas do Projeto Formoso - como já sinalizado no capítulo da metodologia -, uma área de irrigação fomentada pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF para a produção de banana e atualmente também de cítricos, cuja produção tem se sustentado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes, mas também evidenciando recorrentes casos de intoxicação de agricultores, aparecimento de insetos considerados como "pragas" (como o caso do bicho pau, nome popular), acesso desigual à água para consumo e produção pelos agricultores – pois, mesmo sendo uma área próxima ao rio, o município está inserido na faixa de transição do bioma caatinga para o cerrado, além de outros problemas de cunho econômico e social vivido pelos sujeitos do campo decorrentes da concentração de terras, renda e poder. Por isso, a importância de problematizar com os estudantes no âmbito das propostas pedagógicas como as questões ambientais e a produção de alimentos estão

relacionadas e refletem no contexto da sociedade brasileira e suas especificidades regionais e locais, questões políticas, sociais, econômicas e culturais.

No tocante à escola estudada, um dos coordenadores (COORDENADOR 02, Data: 02/12/19) explicitou algumas ações e práticas pensadas e desenvolvidas como a produção e plantio de plantas nativas à região do Médio São Francisco no entorno da escola, mas sem desconsiderar as discussões sobre a recuperação das matas ciliares, uma vez que a população do projeto agroextrativista (PASF) é de origem ribeirinha. E sobre ações relacionadas com a temática alimentação escolar, reforçou as sinalizações existentes no município com os delineamentos da política curricular focando na horta escolar construída com enfoque agroecológico.

No entanto, é preciso entender essas práticas na perspectiva de como os sujeitos constroem os sentidos da política curricular delineadora do processo educativo, a partir da práxis educativa. Portanto, enquanto a política educativa e curricular delimita e condiciona a prática educativa com suas racionalidades, valores, teoria, dentre outros, os sujeitos do processo educativo, principalmente os professores / educadores, podem (e devem) compreender-se criadores da realidade à medida que a compreende em sua totalidade (KOSIK, 1976). Significa que, na perspectiva freireana, a práxis está relacionada com a forma como interpretamos o mundo e a prática oriunda dessa interpretação (neste caso aqui estudado, seria a reflexão sobre o processo educativo orientado pela política curricular em suas relações sócio-históricas e a prática educativa crítica dela decorrente). Dito isto, não podemos perder de vista esse conflito entre o concebido (política curricular, por exemplo) e o percebido / vivido (a práxis educativa, enquanto reflexão e ação no processo educativo) e o que daquele pode emergir como possibilidades.

Tal reflexão foi impulsionada pela análise das falas dos sujeitos sobre suas experiências vividas no processo educativo e como isso se confronta, em certa medida, com pressupostos da política curricular, especificamente em aspectos considerados ambíguos. Logo, os sentidos construídos pelos sujeitos em relação a esta política (ou a uma política específica) não significa necessariamente aquilo que ela é (o concebido - as racionalidades, finalidades, teoria subjacente), mas aquilo que se faz dela (na micro implementação, diante das possibilidades concretas emergidas) e o que ela pode vir a ser.

Quanto aos aspectos ambíguos anteriormente mencionados, destaca-se um dos objetivos da proposta orientadora da EA no município: “Possibilitar a importância da implantação de horta escolar no sentido de estimular a produção de hortaliças orgânicas, estimulando a mudança de novos hábitos alimentares, despertando para uma consciência

ecológica e sustentável dos alunos" (SERRA DO RAMALHO-BA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2019, p. 08). Associado a isto, enfatizamos alguns conteúdos ou temáticas a serem trabalhados nas turmas do Ensino fundamental II, na disciplina de EA:

> Alimentos orgânicos; Práticas Agroecológicas; Horta Escolar (Hortaliça Orgânica); Práticas agroecológicas (Horta na Escola); Agricultura produção orgânica; Disseminação de sementes; Água: A importância da água na vida humana; (SERRA DO RAMALHO-BA, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 2019, p. 12).

Uma análise relacional do objetivo e dos conteúdos / temáticas citadas acima nos mostra que, para além do que já discutimos sobre as possibilidades com o uso pedagógico da horta escolar, as informações apresentadas nas orientações da Seduc-SR podem:

I. Levar ao entendimento da horta apenas como espaço de práticas rotineiras (tratos culturais) e/ou espaço produtivo, ao invés de ser compreendida e potencializada como espaço de problematização e diálogo de saberes, espaço de ensino-aprendizagem;

II. Reforçar a ideia da disciplina de EA como mera réplica da disciplina de Práticas Agrícolas, perdendo a possibilidade de articulação entre EA e Agroecologia, de fortalecimento das relações e trocas de saberes com a comunidade, de uso de metodologias participativas e dos conhecimentos etnobotânicos locais;

III. Dar a impressão de que o simples fato de trabalhar com a horta pode estimular a compreensão de alimentação saudável; mas, como bem salientou um dos coordenadores, trabalhar com a horta não é algo tão simples. Utilizá-la como ferramenta pedagógica, muito menos. Há aspectos complexos de dimensão cultural e sociológica com reflexos nessa questão que requer o exercício da "curiosidade epistemológica" de educadores e educandos.

IV. Revelar as imprecisões de compreensão sobre práticas de base agroecológicas e agricultura orgânica, assim como entre produtos orgânicos e produtos de base agroecológica; pois, embora os produtos oriundos da produção de base agroecológica sejam orgânicos, nem todo produto orgânico é produzido na perspectiva dos princípios da agroecologia. Esse cuidado é importante porque envolve interesses econômicos hegemônicos de apropriação do "mercado dos produtos orgânicos" e aquilo que representa a agroecologia enquanto ciência em construção e movimento social (SEVILLA GUZMÁN e WOODGATE, 2013), e

principalmente considerando o contexto territorial no qual o município de Serra do Ramalho está inserido.

V. Reforçar o sentido produtivista em torno da horta escolar à medida que destaca a "disseminação de sementes", em detrimento da discussão das práticas de conservação e uso das sementes crioulas, sobre o que estas representam no âmbito das questões ambientais, da soberania e segurança alimentar, da cultura e saberes dos povos do campo.

Embora esses riscos na execução da política curricular existam e possam resultar em ações e valores contraditórios para a EA como prática educativa, algumas percepções dos sujeitos apresentam pistas importantes para reflexão e problematização:

a) Reconhecendo as mudanças de hábitos alimentares ocorridas com o industrialismo, que, na concepção de Giddens (1991), ultrapassa os aspectos produtivos e abarca a dimensão sociocultural reflexo e condicionante do capitalismo industrial, faz-se necessário reconhecer que a alimentação escolar pautada na garantia de consumo de gêneros alimentícios da agricultura familiar, produzidos localmente, na forma *in natura* e/ou minimamente processados, a partir das compras institucionais - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - tem contribuído para o acesso a uma alimentação mais saudável, de acordo com as falas a seguir:

> *Eu acredito que devido os alunos aqui nem sempre eles tem uma alimentação saudável em casa, é mais arroz feijão e a mistura, como eles relatam para mim, então eu acho que com a escola entrando com a alimentação saudável [...] Eu acho que isso ajuda muito a questão da saúde deles [...] (PROFESSORA 06, Data: 19/11/19).*

> *[...] De preferência você sabe que o principal de verdade verdadeira é feijão e arroz, mas aí o dia que não tem, o que tiver eu dou e ela come e tá tudo ok! (ASEP, Avó/Responsável Data: 05, 11/12/19).*

É importante reconhecer que mesmo morando no campo, para muitos agricultores familiares o tamanho da terra é insuficiente para produção em função da estrutura fundiária de caráter concentrador no campo (acesso desigual a terra) e por causa da divisão dos pequenos lotes entre os descendentes para moradia. Além disso, o acesso à água, principalmente nas áreas semiáridas, as características de uso e degradação do solo e o desmatamento são fatores que interferem na capacidade de produção de alimentos nas unidades de produção familiar. Conforme ressalta uma mãe:

> *[...] eu procuro dá a alimentação mais saudável que tem, só que, acontece que assim, aqui para gente plantar as coisas é um pouco difícil como a terra muito dura precisa de muita água e água é um que tem de menos e aí a gente tem que procurar mais coisa comprado e as coisas compradas hoje em dia a maioria é cheio de veneno. (ASEP - Mãe. 02. Data: 11/12/19).*

Sendo assim, quanto menos alimento produzido na unidade de produção familiar, mais os agricultores precisarão comprar produtos nos mercados, potencializando a dependência externa à propriedade e comprometendo percentuais elevados da renda familiar econômica monetária. A visão holística e sistêmica que permeia a Educação Ambiental e a Agroecologia pode contribuir para a busca de alternativas por meio de uma leitura crítica sobre os aspectos multidimensionais do problema.

Além desses aspectos levantados na discussão sobre alimentação escolar e saudável e EA, não se pode perder de vista a questão da identidade cultural, identidade do campo, a valorização dos produtos locais da agricultura. Conforme destaca as diretrizes operacionais do Programa de Aquisição de Alimentos - PNAE -, as questões referentes à identidade local atribuída ao processo de aquisição de alimentos, a cultura alimentar deva ser atendida a partir das características da localidade, mas também requer atenção para a diversidade do alunado que frequenta a unidade escolar.

b) Outro aspecto fortemente suscitado no contexto do município de Serra do Ramalho referente à Educação Ambiental e Alimentação Escolar e Saudável tem sido sua forte relação com a horta escolar, produção de hortaliças na própria escola, e a forma como essas hortas têm sido desenvolvidas, conforme fala a seguir:

> *Essa parte de alimentação escolar em nosso município, dentro da proposta de educação ambiental, ela vem com uma pegada bem forte, e diga-se de passagem, ela está sendo bem atendida por que as práticas agroecológicas introduzida na proposta levada à escola, trabalhadas pelos colegas em sala de aula, tem dado resultados maravilhosos [...] (COORDENADOR 02, Data: 02/12/19).*

Aspecto que também pode ser percebido na fala de outro coordenador:

> *A introdução que tem na proposta de educação ambiental, tem a proposta tem também o projeto horta escolar que foi implementado em algumas escolas e hoje a gente tem, a gente pode dizer sem ressalvas que 80% das escolas hoje implantaram esse projeto e a maioria com sucesso, inclusive a gente tem bastante material que os professores e alunos mandam pra gente, até uma competição dentro do município da escola que faz a horta mais bonita e melhor, e com outro viés também Simone totalmente orgânica não se usa um milímetro de veneno ou de agrotóxico para produzir as nossas hortaliças, que na verdade são hortaliças comuns simples né do consumo do dia a dia (COORDENADOR 01, Data: 02/12/19).*

Apesar da forte relação dessas duas temáticas - EA e Alimentação Escolar e Saudável - a partir da implantação das hortas escolares e das afirmações em torno do uso de práticas com enfoque agroecológico, considerando a multidimensionalidade da Agroecologia enquanto ciência em construção ("ecológica e técnico-agronômica"; "socioeconômica e cultural"; e "sociopolítica"), o que se tem percebido pelas falas dos sujeitos da pesquisa como compreensão de agroecologia é muito mais uma referência ao não uso "de veneno ou de agrotóxico" do que propriamente a construção de práticas educativas na educação ambiental permeadas pelo pensamento agroecológico (CAPORAL, 2009). Embora não tenha sido foco desta pesquisa analisar a perspectiva teórica adotada no trabalho da horta escolar pelos professores, é pertinente questionar até que ponto os princípios da agroecologia enquanto ciência em construção de fato orienta as práticas nessas hortas, pois, como afirma Caporal:

> Agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência [...] A Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística (CAPORAL, 2009, p. 16-18).

De modo geral, é importante perceber que a potencialização da prática educativa pensada sob as bases científicas e, inclusive, pressupostos metodológicos participativos da Educação Ambiental e Agroecologia, perpassando por outras temáticas como alimentação saudável, dependerá da contextualização do planejamento pedagógico da escola com a realidade local, sem desconsiderar suas mediações com o contexto social nacional e o global, do papel que tem assumido e/ou assumirá a formação continuada de professores, tomando esses elementos como parâmetros e da própria práxis educativa dos professores, enquanto reflexão e ação no processo educativo.

4.2 Educação Ambiental e Alimentação Escolar: perspectivas da prática educativa

A EA, em diálogo com a agroecologia e a alimentação saudável, assume papel importante na prática educativa escolar, à medida que pode colaborar com a formação de sujeitos críticos, éticos e comprometidos com a racionalidade ambiental. Isso é reconhecido

pelos professores, porque viver no campo e sua dinâmica socioprodutiva necessariamente não constrói nos sujeitos (estudantes) uma consciência ambiental, por assim dizer. Se a relação entre sociedade e natureza é reflexo e condicionante das contradições do capitalismo, a reprodução da vida no campo (e na cidade) expressará os processos de desumanização e humanização, de exploração/dominação e de luta pela libertação pelas formas de resistências e enfrentamentos. Contradições estas que precisam ser apreendidas na práxis educativa da EA.

Paulo Freire (2016) nos ajuda a entender que a "consciência se reflete e vai para o mundo que conhece" (FREIRE, 2016, p. 50). Portanto, à medida que o homem / mulher distancia-se da capacidade de apreender a realidade (as nuances, as tramas, as contradições construídas no processo histórico), aproxima-se de visões desfocadas, manchadas da realidade, ou simplesmente não consegue apreender as causas daquilo que vemos como desafios.

Para o autor, geralmente, é mais recorrente esta forma de consciência, a "mágica", e naqueles momentos de mudança, a "ingênua", que representa uma "busca de compromisso", ou ainda a "fanática", cujo "fanatismo" representa "o próprio homem massificado". Portanto, a chamada conscientização ou construção da "consciência crítica" se dá no processo educativo pensado como tencionador do exercício de pensar criticamente sobre a realidade. Para tanto, a práxis educativa centrada na construção do saber ambiental com os sujeitos do campo é o caminho necessário para o que aqui consideramos a consciência ambiental, esse deslocamento da consciência ingênua para a consciência crítica sobre a relação dos sujeitos com o ambiente (FREIRE, 2016).

Considerando a realidade do campo, é importante salientar que os agricultores familiares também são / foram ou podem vir a ser consumidores do chamado pacote da Revolução Verde (agrotóxicos, sementes híbridas e transgênicas, pesticidas, herbicidas, dentre outros), inclusive indiretamente, visto que nas pulverizações aéreas o vento pode deslocar os agrotóxicos pulverizados para áreas próximas, como ocorre, por exemplo, no Projeto Formoso - Bom Jesus da Lapa, região limítrofe com Serra do Ramalho.

Nesse sentido, as diversas formas de resistências dos povos do campo têm se dado não apenas na luta por terra - esta é uma das lutas -, mas também pela possibilidade de poderem continuar a produzir utilizando-se dos saberes tradicionais e de práticas sustentáveis. Isso porque, ao longo da segunda metade do Século XX, o objetivo central da política de extensão rural no Brasil e das políticas de crédito (ainda hoje) foi e têm sido a propagação e a constituição da dependência dos agricultores àqueles pacotes, o que gerou em grande medida

endividamento de agricultores familiares, perda de suas terras e aumentou os índices de concentração de terras. Quando a própria ação do governo não impulsionou de forma intencional tal concentração, como ocorreu na região Oeste da Bahia para a produção de grãos ou no caso dos polos de desenvolvimento (a exemplo do Projeto de Irrigação Formoso - Bom Jesus da Lapa - BA). As experiências (conquistas) em curso por outra política de extensão rural, calcada nos princípios da Agroecologia, têm sido construídas na arena política pela participação ativa dos movimentos sociais do campo, mas as correlações de forças ainda mostram a hegemonia dos interesses do agronegócio nas orientações das políticas agrícolas e agrárias, principalmente no atual momento histórico brasileiro com o avanço do conservadorismo político.

Por isso, os professores reconhecem que, se por um lado, as práticas educativas pensadas no âmbito da EA na escola permitem ou podem levar para este espaço problematizações sobre a realidade vivida pelos estudantes e promover a troca de saberes, uma vez que muitos desses estudantes detêm saberes construídos na relação geracional na família e na relação com a terra - tratos agrícolas, manejo de rebanho e conhecimento etnobotânico -, por outro lado, o diálogo problematizador entre os saberes disciplinares e os saberes da experiência vivida dá o sentido da educação ambiental enquanto práxis educativa escolar, desde que centrada no fazer crítico do professor tencionando o pensar crítico dos estudantes.

De modo geral, os professores destacaram como aspectos da EA a relação entre teoria e prática, a sensibilização, problematização, a contextualização com a realidade local e a troca de saberes com os estudantes, uma vez que estes estão imersos na realidade do campo, vivenciando suas contradições, problemas e alternativas.

Nesse sentido, para uma professora:

> *[...] a educação ambiental que chega para nós aqui está muito voltada para a nossa realidade mesmo, então! nós trabalhamos tanto a questão de conscientização, porque assim, a prática a gente vai adquirindo e ele já tem parte dessa prática, então cabe a nós é a incentivar motivá-lo né, a continuar, mas assim, por mais que a gente, a gente sabe que eles são conhecedores a gente ainda se depara com questões né, de degradação e toda essa degradação provocada por quem, por nós mesmo né, pelo próprio homem. Então a gente faz esse trabalho com ele de tentar conscientizar, mas nada que seja de contexto desconhecido para eles, porque de tudo que a gente fala eles têm conhecimento né, de causa (PROFESSORA 01, Data: 21/11/19).*

Conforme destacado acima, há um entendimento de que as práticas e reflexões pensadas para a EA estão contextualizadas com os problemas vividos pela comunidade, em especial, pode-se elencar: a dificuldade de acesso à água, mesmo a comunidade tendo sua

localização a poucos quilômetros da margem esquerda do Rio São Francisco – (RSF), a poluição de trecho do RSF que margeia a comunidade devido ao esgoto urbano da cidade de Bom Jesus da Lapa, problemas como a queimada, assoreamento do rio, o uso excessivo da água subterrânea com a perfuração de poços artesianos, desmatamento e perda da biodiversidade local, pouco uso de tecnologia social de captação de água da chuva, dentre outros.

Outra professora ressalta a possibilidade de transversalidade da EA e da discussão de alimentação saudável na "sala de aula" (no sentido de não ser algo específico da disciplina de EA):

> *Eu acho assim que a educação ambiental pode ser trazida assim para a sala de aula, como agente mora aqui numa comunidade rural é trazida assim já com uma visão já do que o estudante já possui, já tem um convívio com certos tipos de alimentos que eles já conhecem, ai o que poderia estar sendo feito na educação ambiental poderia estar sendo trabalhado [...] Eu acho assim, que eles já poderiam contribuir assim, com que o aluno já trouxesse já de casa, do seu convívio, do seu cotidiano com os alimento de conhecimento (PROFESSORA. 08, Data: 29/11/19).*

Dessa forma, ao evidenciar os saberes dos estudantes com as plantas locais de consumo humano e sua possibilidade de discussão em sala de aula, o que não seria uma especificidade das Ciências Naturais, mas também da Geografia e História, tem-se como possibilidades de discussão com os estudantes os saberes etnobotânicos da comunidade, o estudo das espécies nativas, espécies exóticas e de outras regiões, assim como as discussões no âmbito da alimentação sobre as plantas alimentícias não convencionais, conhecidas pelo (a)s agricultores (a)s dos movimentos sociais e agroecólogos como PANC's.

Para muitos agricultores, as PANC's representam a resistência dos sertanejos à seca e as dificuldades vividas por muitos deles em épocas consideradas "difíceis", inclusive como forma de enfrentamento à fome. Considerando as contribuições dos pressupostos da Agroecologia quanto a "integração dos saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências" (CAPORAL, 2009, p. 17), os professores têm possibilidades de pensar as práxis educativas interdisciplinares capazes de fomentar reflexões críticas dos sujeitos sobre as contradições do viver e produzir no campo, no semiárido. Ou, proporcionar no processo educativo o encontro daqueles direta ou indiretamente envolvidos com a práxis educativa crítica da EA (professores, estudantes e comunidade), a partir da troca de saberes, das histórias locais e de vida (FREIRE, 2015).

É nesse sentido que, segundo Loureiro:

> A educação ambiental é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente (LOUREIRO, 2011, p.73).

Ao considerar essas discussões, é importante também destacar as percepções e sentidos construídos pelos estudantes sobre Educação Ambiental e Alimentação Saudável, a partir de suas vivências na escola. No geral, essa relação é atribuída a partir das discussões iniciadas com os estudantes para a realização das práticas na horta escolar, sendo percebida como possível espaço de troca e de ensino-aprendizagem, conforme fala do Estudante 02:

> *Contribui os... Nós trabalhador, daqui é ajuda, fazendo o que pode, fazendo uma horta, fazendo uma ajuda, mandando cada um trazer um pé de alguma planta para fazer, para agricultura sair melhor, fazer um canteiro, uma horta. É canteiro, uma horta para agricultura produzir pra nós mesmo aqui! É eles tudo colabora. [...] Uma parte foi, mas, sendo que, como nois mora aqui já! Já tem assim um pouco de conhecimento, assim sobre as plantas que nos mexe, assim nois planta na roça aí, mas não foi bastante que nois aprendeu na roça não, mais a educação ambiental ensinou muito, nois! Tem coisa que eu não sabia agora eu sei, como lidar com a planta como cuidar como ter uma alimentação saudável (ESTUDANTE 02, Data: 16/12/19).*

O entendimento da horta como espaço com potencialidade para a de troca de saberes e de ensino-aprendizagem é compartilhado também por essas professoras:

> *Dentro desse projeto a gente começa a construção, então são conteúdos que estão relacionados, assim a realidade dele, porque são com contextos que ele já conhece, eles podem às vezes eu costumo dizer para eles assim, que eles tem muito mais para ensinar né, do que aprender, porque quando a gente começa as discussões, que a gente começa a falar sobre a terra, sobre o plantio eles trazem assim, reflexões muito interessantes, para gente são reflexões que às vezes você, quando você se depara, assim coisa que você nem sabia entendeu. Então assim, está sim dentro do contexto eles conhece bem a agricultura familiar que é trabalhada, e eles cultivam em suas comunidades porque aqui nós temos uma escola onde se reúne em várias comunidades, recebe alunos de várias comunidades (PROFESSORA 01, Data: 21/11/19).*

> *A educação ambiental pode nos ensinar muito sobre alimentos saudáveis, nos orientando quais os alimentos que irá nos beneficiar a nossa saúde.* (PROFESSORA 08, Data: 21/11/19).

No entanto, cabe ressaltar os fundamentos dessa compreensão da horta como espaço educativo a partir dos pressupostos de Freire (2015) para a prática educativa, que envolve sujeitos, o objeto de conhecimento, os objetivos mediatos e imediatos, os métodos, técnicas e processos, numa perspectiva dialógica. Em vista disso, a "situação educativa" compreende, especificamente:

> Presença de sujeitos. O sujeito que, ensinando, aprende e o sujeito que aprendendo,

> ensina. Objetos de conhecimento a ser ensinados pelo professor (educador) e a ser apreendidos pelos alunos (educandos) para que possam aprendê-los.
>
> Objetivos mediatos e imediatos a que se destina ou se orienta a prática educativa. Métodos, processo, técnicas de ensino, materiais didáticos, que devem estar em coerência com os objetivos, com a opção política, com a utopia, com o sonho de que o projeto pedagógico está impregnado (FREIRE, 2015, p. 81).

Esse processo educativo de apreender os conteúdos a partir da horta e de sua relação contextual com as experiências vividas e saberes do trabalho dos estudantes (ou mesmo dos agricultores), não pode perder de vista que "a prática precisa da teoria, como a teoria precisa da prática" (FREIRE, 2015, p. 99), tampouco esquecer que os sujeitos precisam "assumir o papel crítico de sujeitos cognoscentes" (FREIRE, 2015, p. 101).

Quer dizer, no caso da horta escolar aqui discutida como catalisadora das discussões de EA e alimentação saudável, deve-se evitar o risco de reduzir o processo educativo ao simples fazer repetitivo ou ao puro saber da prática, sem a devida reflexão, problematização, relação com os fundamentos científicos, para o verdadeiro diálogo (entre professores, estudantes e comunidade). Isso significa não menosprezar o saber popular, nem deste não conseguir ultrapassar, tampouco atribuir "poder quase mágico" aos conteúdos (ao saber científico) (FREIRE, 2015).

Por isso, a Educação Ambiental enquanto práxis educativa (teoria-prática) construída no âmbito da horta escolar não deve desconsiderar que:

> Faz parte da importância dos conteúdos a qualidade crítico-epistemológica da posição do educando em face deles. Em outras palavras: por mais fundamentais que sejam os conteúdos, a sua importância efetiva não reside neles, mas na maneira como sejam apreendidos pelos educandos e incorporados à prática (FREIRE, 2015, p. 100).

Quer dizer, a educação crítica, problematizadora, como ato criativo e também criador, exige no fazer dos professores / educadores no ato de ensinar, não apenas transmitir, mas, "ensinar a aprender a razão de ser dos objetos de estudo, ou do conteúdo" (FREIRE, 1994, p. 81). Associado a isso, coloca-se como desafio de compreensão e apreensão crítica da realidade a superação da fragmentação do saber, buscando no diálogo entre diferentes disciplinas e o conhecimento tradicional apreender o "Real, enquanto Real, [...] [visto como] uma totalidade transdisciplinar" (ANDREOLA, 2010, p. 274). Enquanto "totalidade transdisciplinar", sua apreensão deve se dar no diálogo das disciplinaridades, superando visões fragmentadas, parciais, da realidade concreta.

A chave da proposta metodológica de Freire, nesse sentido, pode ser compreendida na perspectiva dos chamados "temas geradores", em que se problematiza determinada questão,

situação ou fato, e se sistematiza os conhecimentos envolvidos de forma integrada (ROCHA e ROCHA, s/d). Desse modo, no âmbito da EA, o trabalho com temas é uma estratégia importante para tencionar a interdisciplinaridade, o rompimento das visões fragmentadas do conhecimento e o exercício da visão sistêmica e holística sobre a relação sociedade e natureza.

Diante do que foi exposto, busca-se no tópico a seguir apresentar algumas pistas emergidas das falas dos sujeitos da pesquisa no tocante às possibilidades para os processos educativos na escola a partir da relação entre a Educação Ambiental e a Alimentação Escolar considerando discussões sobre alimentação saudável e segurança alimentar. E então, perceber nas falas aquilo que pode vir a ser fomentado ou fortalecido com os sujeitos diante dos sentidos, valores e saberes que foram construídos nos últimos anos, seja no município (com sua política curricular) ou na escola estudada.

4.3 Pistas apontadas para a prática educativa e o processo educativo com a comunidade

As discussões realizadas até aqui procuraram apresentar alguns elementos da política curricular do município de Serra do Ramalho no âmbito da relação entre Educação Ambiental e Alimentação Escolar, demonstrando que no tocante à alimentação escolar, especificamente, não se tem trabalhado de forma imediata e direta questões relacionadas à Educação Alimentar, Segurança Alimentar ou Alimentação Saudável. Isto é, não se tem pensado intencionalmente processos educativos permeados com a alimentação escolar. De forma mediata, o cumprimento das diretrizes operacionais do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem tencionado discussões não formais e pontuais sobre alimentação saudável ou mudança de hábitos alimentares.

De modo geral, procuramos elencar algumas proposições importantes dos sujeitos, emergidas ao longo da pesquisa, que servirão para orientar a discussão da práxis educativa na Educação Ambiental e Alimentação Escolar permeando as questões de alimentação saudável e segurança alimentar, fortemente entendidas pelos sujeitos como alimentos produzidos sob as bases da agricultura sustentável, sem uso ou com uso reduzido de insumos agrícolas industrializados.

No tocante à proposta da horta escolar, foi ressaltada a importância de promover o envolvimento da e com a comunidade, permitindo a troca de saberes sobre temáticas que perpassam as questões ambientais nos processos produtivos do campo e seus reflexos à alimentação saudável. Conforme destacado na fala do Coordenador 02:

> *[...] Ele pode estar criando este projeto dentro da escola juntamente com os alunos e principalmente com a comunidade, [...] a nossa proposta tá aberta, traga conhecimento da comunidade também, desse país, desses avós, [...] que representa esses alunos para que eles possam entender e compreender a linguagem que nós estamos levando, e a linguagem que estes alunos estão aprendendo. Quando chegar estes alunos em casa ele falar ao pai ou a mãe a prática agroecológica sugerida pela proposta de educação ambiental na minha escola tem esse Norte a seguir, aí esse pai sem dúvida vai estar mais próximo desse entendimento com certeza, vai abraçar esse trabalho também (COORDENADOR 02, Data: 02/12/19).*

Ao descrever as experiências desenvolvidas em escolas de diversas comunidades no tocante a Educação Ambiental e a horta escolar, o Coordenador 01 destacou experimentos realizados com os estudantes e depois apresentados como alternativa aos agricultores na forma de culminância da atividade:

> *O professor *** ele trabalhou o tema sustentabilidade a partir da proposta nossa com os alunos do oitavo e nono ano, e fez um projeto de silagem, silagem natural que pega uma erva daninha que não é erva daninha hoje, são é plantas espontâneas, que o termo certo é esse né, que é o algodão de seda e fez silagem. Hoje tá criando e levou a comunidade a mudar a opinião o conceito de pegar aquilo e jogar para lá e tá fazendo alimentação para o rebanho suíno e caprino, e é uma, não tem veneno ele tem o processo de que ele faz e levou até a secretária, chamou a gente para fazer uma culminância lá e não é só ele algumas escolas estão com esses exemplos (COORDENADOR 01, Data: 02/12/2019).*

Mas, considerando esses fazeres como uma práxis educativa (ação-reflexão), mais uma vez se faz necessário ressaltar o cuidado necessário para que esse processo educativo, inclusive envolvendo a comunidade, não se constitua como ação de "estender", de "levar" ou "transferir" conhecimento para quem é julgado como quem não sabe, numa verdadeira "invasão cultural", quer dizer, pensar pelos sujeitos (estudantes e agricultores) ao invés de pensar com os sujeitos (FREIRE, 2011). Tanto alguns professores reconheceram anteriormente a potencialidade dos saberes de alguns estudantes adquiridos no convívio social e nas relações de trabalho no campo, quanto os estudantes já demonstraram que, embora detentores de saberes do trabalho e transmitidos pelos avós ou pais, aprendem outros saberes no processo escolar.

Do contrário, corre-se o risco de promover uma prática "antidialógica". Por conseguinte, se os seres humanos são sujeitos da práxis (prática - teoria; ação - reflexão), a mudança autêntica de ação não pode se dar por imposição ou convencimento, mas pela compreensão da ação (já realizada) problematizada e transformada (FREIRE, 2016; FREIRE, 2011); este é igualmente o risco de não distinguir nas suas características e multidimensionalidades a agricultura orgânica da agroecologia. O saber agroecológico é construído no diálogo de saberes.

Várias têm sido as experiências vividas pelos professores, estudantes e comunidades no tocante à Educação Ambiental:

> *[...] ai assim, como as escolas hoje se você pegar Pambú, ali mesmo vizinho, eles fizeram um plantio de tomate orgânica fabuloso, se pegar Palmas, planta todas as hortaliças né, pegar Boa Vista, não tinha nada era zero, hoje tem uma horta, não é só horta e um pomar e hortas né, se pegar Barreiro Grande né, a escola [...] fez uma parceria com o IFBaiano de trabalhar compostagem (COORDENADOR 01, Data: 02/12/2019).*

Dentre estas ações desenvolvidas e/ou em curso, ressaltam-se as possibilidades de parcerias com instituições de ensino superior e/ou de educação profissional e tecnológica, como sinalizado acima, uma vez que, além das oportunidades de cursos de capacitação para os professores e comunidades, principalmente relacionados à agroecologia, educação ambiental e alimentação saudável, devido aos cursos técnicos e superiores existentes no Instituto Federal Baiano, por exemplo, também se pode pensar nas escolas como espaço de estágio profissional desses estudantes de curso técnico e superior, especificamente com o planejamento e a execução de projetos educativos pensados com a horta escolar a serem desenvolvidos envolvendo também a comunidade, através de metodologias participativas e na perspectiva da extensão popular, de base freireana. São possibilidades em torno da horta escolar como catalisadora de processos educativos para os estudantes da escola e a comunidade, mas também as parcerias com atores territoriais (a exemplo do IFBaiano) como possível estratégia mediata de formação de professores e outros sujeitos da escola construída na relação com os estagiários.

De acordo com Coordenador 01, tem sido feitas capacitações com os professores da disciplina específica de Educação Ambiental e de outras áreas, perpassando pela questão da alimentação saudável e outros temas relacionados à proposta curricular de Educação Ambiental no município, considerando também a construção de práticas interdisciplinares. Desse modo, afirma:

> *A gente fez umas capacitações aqui trouxe todos os professores do fundamental I para ensinar e aprender ninguém ensina se não aprender né, a gente trouxe eles pra aqui, pra gente não só de educação ambiental, mas geografia, história enfim outros coordenadores para a gente tratar dessas questões dessa relação né, não só de educação ambiental alinhada à alimentação escolar, mais alinhada a outras áreas também e a partir daí a gente levou inclusive em aula prática a elaboração de projeto fazendo passo a passo sobre a questão alimentar [...], então! Realmente essa relação de educação ambiental alinhada à alimentação escolar mudou muito foi a partir dessa pegada,! [...] E foi uma orientação da nossa secretaria de educação a partir da educação ambiental né, nesse sentido, acho que houve uma mudança sim [...] (COORDENADOR 01, Data: 02/12/19*).

As capacitações e formações continuadas de professores promovidas diretamente pela Secretaria de Educação Municipal, inclusive podendo considerar a realização de parcerias com instituições de ensino superior e de formação profissional, também podem se somar a outras estratégias imediatas de formação como visitas técnicas, dias de campo, intercâmbios, rodas de conversas, pensadas como outras estratégias de formação continuada, calcadas na relação teoria-prática e abarcando temáticas relacionadas à educação ambiental, alimentação saudável e, também, agroecologia. As rodas de conversas com trocas de experiências e problematizações sobre a experiência vivida entre professores de escolas que já executam e aqueles de outras que pensam em executar pode se constituir como momento enriquecedor de pensar a práxis, na perspectiva da "curiosidade epistemológica".

Para Freire (2015, p. 36), a curiosidade epistemológica "é uma curiosidade metódica, exigente, que, tomando distância do seu objeto, dele se aproxima para conhecê-lo e dele falar prudentemente". É um exercício de reflexão crítica sobre a prática docente, sobre o processo educativo feito e pretendido; isto é, a experiência vivida é submetida a uma interpretação crítica, ao passo que se projeta nova prática. Portanto, o diálogo não é pura escuta, mas o exercício crítico de problematizar, sistematizar com os outros. Como ressalta Freitas (2010, p. 128), "a curiosidade epistemológica é elemento indispensável à formação do/a educador/a, cuja experiência profissional deverá promover o exercício sistemático da curiosidade no processo de pensar e de estudar a própria prática".

No tocante à reflexão sobre as diversas práticas realizadas no contexto do município, destacadas pelos coordenadores, professores, dentre outros sujeitos, é importante não perder de vista que valores se pretendem construir, que significados podem estar implícitos e também discutir com os sujeitos das comunidades os sentidos construídos dessas práticas. Na construção de propostas focadas na participação comunitária nos processos educativos da Educação Ambiental, alimentação escolar e alimentação saudável, tais elementos não podem se perder vista, uma vez que a participação e envolvimento dos pais e agricultores em atividades práticas podem ter diferentes sentidos, a depender de como eles se vejam como comunidade e percebam a relação com a escola. Portanto, se a escola é vista como espaço comunitário, de uso coletivo ou não, construir e fortalecer esses laços e sentimento de envolvimento comunitário com a escola e da escola com a comunidade, ou melhor, reconstruí-los, exige compreensão dos elementos culturais que movem a comunidade. O olhar crítico também exige compreender a cultura local. Neste sentido, destaca-se a fala a seguir:

[...] Educação ambiental, ela já tá dizendo e uma educação ambiental ela tem que

> *envolver tudo, não pode ser só a escola né, não pode ser só o professor ou gestor, tem que ser todo mundo. E nas comunidades de Serra do Ramalho tem essa prerrogativa através da igreja católica até os grupos de evangélicos também né eles abraçam a causa né, a gente tem visto algumas ações é no que diz as questões ecológicas de a comunidade toda participar em relação em fazer alimento. Mais tem comunidade que o município já não está pagando mais para fazer a capina no entorno da escola e dentro da escola porque os alunos de educação ambiental, convidam os pais e os pais vêm para a escola junto com os professores e a comunidade escolar toda ali, claro que a comunidade também e todo mundo faz aquele trabalho. Não tem recurso pra isso, então, a escola compreendeu isso e hoje ela faz o trabalho não só no plantio de horta que é o nosso projeto principal, mas também os das ações de limpeza de escolas do plantio de mudas arbóreas e nativas a gente faz o trabalho total. (COORDENADOR 01, Data: 02/12/19).*

Quanto às possibilidades e potencialidades da escola no trabalho com a Educação Alimentar e a Alimentação Escolar na relação com a comunidade, os estudantes afirmam:

> *ai fazia juntar cada um que caçasse meio de ajudar com alguma coisa, no caso de, fazer um cercado para plantar alimentos no caso são verduras e vegetais para juntar todo mundo para depois reproduzir para fazer alimento aqui mesmo para nós, que aqui tem vez que falta né, e se a gente tivesse essa ideia da gente. Tem, mas não é para todo mundo se reunir para ajudar o outro para pensar nessa ideia para fazer cercado, para plantar, todo mundo molhasse ali cada quem ajudando um pouquinho, mais uma ajudando o outro serve mesmo que é pouco, mas cada qual fazendo sua parte pode se tornar muito um dia né. Melhora as condições do colégio de alimentação saudável, alimentação melhor para nós que não é todo dia que nós tem alimentação saudável, mas aqui no colégio se fazer isso melhora muito alimentação saudável. Alimentação saudável aqui tem, mais essas comidas industrializada ai não é a mesma coisa dos vegetais da terra aqui nossa não! Da agricultura. (ESTUDANTE 02. Data: 16/12/19).*

> *Moradores os alunos mesmo! Começar a organizar tipo é fazer hortas é produzir coisas na escola mesmo com a participação da comunidade, os professores e os alunos. Alunos conscientizar tirando o lixo para poder plantar, os pais e comunidade plantar e replantar o fundo da escola. (ESTUDANTE 03. Data: 06/12/19).*

> *O plantio de uma horta né, porque quando os professores estão nas escolas poderiam ir junto com a gente para molhar e tudo, e quando não estão, poderia ir alguém da comunidade. (ESTUDANTE 07. Data: 11/12/19).*

> *Canteiro, pés de fruta...É! Pôs alunos, professores os pais [...] Educação Ambiental [...]. Ajudar! Pra escola a merenda. (ESTUDANTE 01, Data: 16/12/19*).

De modo geral, os estudantes explicitaram importantes contribuições que revelaram saberes e experiências advindas da prática comunitária no assentamento, especialmente no que tange aos processos de auto-organização, trabalho associativo, além do posicionamento político de quererem se ver como protagonistas do processo educativo, sujeitos cognoscentes, da práxis e não apenas sujeitos de ação. Nesse sentido, podemos reforçar como elementos apreendidos nas falas dos estudantes:

1. Aproveitar as diferentes habilidades e saberes da prática dos estudantes e de agricultores extrativistas;
2. Construção coletiva da proposta com os estudantes, não para os estudantes, isto é, protagonismo dos estudantes pensando sobre o fazer, num autêntico processo educativo problematizador e movido pela práxis;
3. Construção de processos autogestionados pelos estudantes, mas também envolvendo a comunidade, à medida que se pensa nessas comunidades a escola como um espaço da comunidade e não para a comunidade.

O percurso dessa pesquisa nos permitiu como já sinalizados ao longo do texto, compreender a relação entre a Educação Ambiental e Alimentação Escolar no município de Serra do Ramalho a partir dos elementos emergidos que caracterizaram a política curricular municipal e as ações já desenvolvidas e, também, a partir das especificidades vividas na escola pesquisada.

As reflexões suscitadas nos levaram a perceber, ainda que com suas limitações e imprecisões, a importância central adquirida pela horta escolar nas práticas educativas da Educação Ambiental mobilizando temáticas como alimentação saudável e segurança alimentar. Essa focalização na horta escolar representa um movimento em curso no município sobre a discussão de agroecologia, por vezes confundida meramente como agricultura orgânica (com suas relações no âmbito das ações e políticas desenvolvidas nos últimos anos a nível territorial, estadual e nacional). Enquanto isso, as pistas apresentadas no Programa Nacional de Alimentação Escolar sobre a discussão de alimentação saudável na perspectiva da prática educativa na escola só têm efetivamente se concretizado a partir das ações de Educação Ambiental e do projeto horta escolar.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou analisar a relação entre as políticas de Educação Ambiental e o Programa de Alimentação Escolar (PNAE), tendo como referência as percepções, ações e práticas dos sujeitos diretamente envolvidos no processo educativo (professores, estudantes, coordenadores pedagógicos e pais/mães/responsáveis).

Especificamente, foram considerados os pressupostos das Políticas Nacional e Estadual de Educação Ambiental e do Programa Nacional de Alimentação Escolar que, em suas especificidades, explicitam ações educativas voltadas à prevenção e promoção da saúde, inserindo as questões de segurança alimentar e alimentação saudável, buscando analisar, através das percepções, ações e práticas dos sujeitos da escola, como e se têm sido pensadas práticas educativas integradoras dessas duas políticas de forma intencional e explícita.

Para análise dessa relação, os direcionamentos foram tomados tendo o campo de pesquisa a Escola Municipal Bartolomeu Guedes situada no município de Serra do Ramalho, Território Velho Chico, região oeste do estado da Bahia. Além do município ter sua dinâmica fortemente vinculada às atividades agropecuárias, sendo formado por agrovilas, a referida escola está localizada no Projeto Agroextrativista São Francisco à margem direita do Rio São Francisco.

O contexto territorial que influencia o recorte espacial abarcado nesta pesquisa foi e é fortemente marcado pelas questões agrárias, problemas ambientais relacionados às práticas agrícolas, principalmente, mas também tendo presença ativa de movimentos sociais do campo.

De modo geral, as políticas territoriais implementadas pelo governo estadual, a integração de políticas federais, a presença marcante de movimentos sociais, a presença de atores institucionais do governo com ações voltadas à agroecologia e a relativa expressividade da atuação das instâncias representativas (Colegiado Territorial, Comitê de Bacias, dentre outros) fomentaram e/ou retroalimentaram na dinâmica territorial as questões ambientais, a agricultura de base agroecológica, as discussões em torno da segurança alimentar, a participação dos agricultores familiares no mercado de compras institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar, dentre outras.

A partir das informações coletadas e sistematizadas, foram identificados os núcleos de sentidos da análise de conteúdo e destes emergiram como temáticas (categorias macro de análise) norteadoras da organização do texto: a política curricular municipal, as práticas educativas e a relação entre os processos educativos e a comunidade.

A política curricular municipal reflete o entendimento dos gestores locais sobre as políticas nacionais e estaduais. Nesse processo de micro implementação, são atribuídos valores, racionalidades e intencionalidades próprios da dinâmica relacional entre local-territorial-estadual-nacional, cujo resultado dependerá de vários fatores. Não se teve como objetivo adentrar na dinâmica política do processo de construção das políticas locais, mas as percepções dos sujeitos sobre a relação da educação ambiental e alimentação escolar, que explicitaram fortemente os pressupostos norteadores da política curricular municipal, assim como os sentidos atribuídos a esta e como isso influencia em suas ações e práticas no processo educativo.

Dentre os aspectos relacionados diretamente à política curricular municipal, com expressivo destaque na fala dos sujeitos, a prática educativa de educação ambiental se dá na forma de disciplina, apesar de também poder ser trabalhada por professores de outras disciplinas de forma transversal. Como consequência direta disso, a horta escolar também tem focalização como meio crucial para as atividades práticas da disciplina de educação ambiental, apesar da possibilidade de realização de outros projetos.

Desse modo, os fundamentos norteadores da política curricular aproximam em alguma medida a prática educativa de educação ambiental às práticas agrícolas, embora seja preciso reconhecer o contexto local do município fortemente agrícola. Com isso, os professores, estudantes, pais/mães/responsáveis e coordenadores atribuem à horta escolar uma função crucial para a discussão de educação ambiental, alimentação saudável e segurança alimentar (considerando o aspecto da qualidade, com uso de insumos orgânicos) para estreitar os laços entre escola e comunidade.

Pode-se, com isso, dizer que há uma intrínseca relação entre o contexto local/territorial agrário e os delineamentos da política curricular para EA no município de Serra do Ramalho contribuindo conjuntamente para a percepção de que a relação entre EA e Alimentação escolar/saudável é mediada pela horta escolar e ter como questões potenciais a discussão da alimentação saudável, cujos produtos agrícolas devem ser produzidos de forma orgânica ou sob os princípios da agroecologia (segurança alimentar).

Nesse sentido, considerando o contexto de execução da Educação Ambiental nas escolas do município, discutiu-se o desafio da horta escolar ser entendida como espaço articulador, dialógico e fomentador de ações, práticas e discussões com as áreas disciplinares do currículo escolar. Para a efetivação desse desafio, ressaltamos a importância de discussão entre professores, gestores, coordenadores ou mesmo naquilo que concerne à comunidade sobre: 1) a disciplina de educação ambiental ser catalisadora de práticas interdisciplinares e o

fomento da relação escola-comunidade; 2) a garantia de processos de formação continuada dos professores tendo a EA, agroecologia, interdisciplinaridade, pedagogia de projetos e educação problematizadora, como cruciais para práxis educativa ambiental; 3) o fomento de planejamento articulado, tendo a EA como temática transversal; e 4) Capacidade de articulação da EA com a discussão de Agroecologia e Alimentação Saudável.

Por outro lado, o entendimento da horta como elemento relacional entre a EA e a alimentação escolar, mais associada à alimentação saudável, evidenciou riscos a serem problematizados na práxis educativa: a) visão restrita da disciplina de EA como mera réplica da disciplina de Práticas Agrícolas; b) visão simplista de que apenas trabalhar com a horta garante a compreensão de alimentação saudável; c) visão produtivista ou tecnocêntrica distanciada dos princípios que fundamentam a agroecologia, ou a perspectiva de agricultura sustentável e alimentação saudável.

Em vista disso, percebemos que a concretização da prática educativa calcada nas bases científicas e, inclusive, pressupostos metodológicos participativos da Educação Ambiental e Agroecologia, perpassando por outras temáticas como alimentação saudável, dependerá da contextualização do planejamento pedagógico da escola com a realidade local, a partir de uma educação problematizadora, das intencionalidades em torno da formação continuada de professores, do compromisso político do professor pensar e estudar a própria prática.

As percepções dos estudantes sobre a relação entre Educação Ambiental e Alimentação Escolar (na perspectiva da alimentação saudável) foram fortemente influenciadas pelas vivências dos estudantes no projeto de reflorestamento com plantas nativas, desenvolvido e descontinuado e pelas discussões iniciais com eles para a realização das práticas na horta escolar, sendo por isso percebida como possível espaço de troca e de ensino-aprendizagem. Além disso, os estudantes reivindicam, em certa medida, maior protagonismo no projeto de horta escolar, assim como a articulação deste com a comunidade.

De modo geral, percebemos que a EA, em diálogo com a agroecologia e a alimentação saudável, assume papel importante na prática educativa das escolas do município e da escola estudada, mas sua efetiva contribuição para com a formação de sujeitos críticos, éticos e comprometidos com a racionalidade ambiental exige um olhar problematizador sobre a relação entre escola e comunidade.

A pesquisa mostrou que a política curricular de Serra do Ramalho, desenvolvida na escola EMBG, evidencia uma relação estreita com a educação ambiental e de alimentação escolar norteada pelas práticas educativas de forma disciplinar e transversal, tendo a horta escolar como elo entre as disciplinas da matriz curricular. Para tanto, há a necessidade técnica

e política de promover um diálogo que contribua para aproximar as duas áreas de ação no sentido de enraizar a Educação Ambiental em questões concretas da escola e da comunidade, além de ampliar a discussão sobre a Alimentação Escolar.

REFERÊNCIAS:

ANDRÉ, M. **O que é um estudo de caso qualitativo em Educação?** Educação e Contemporaneidade, Revista da FAEEBA – Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

ANDREOLA, B. Interdisciplinaridade. *In*: STECK, D; REDIN, E; ZITKOSKI, J. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo Autêntica. 2010.

BAHIA. **Lei 12.056/11 Política Estadual de Educação Ambiental.** Governo do Estado da Bahia Secretaria do Meio Ambiente Salvador, Bahia, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de L. de A. Rego e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006.

BARBIERI, J. C.; SILVA, D. da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online)**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 51-82, jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712011000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BIZZO, M. L. G. LEDER, L. **Educação nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental**. *Rev. Nutr.* [*online*]. 2005, vol.18, n.5, pp.661-667. ISSN 1678-9865. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1415-52732005000500009. Acesso em: 09 jun. 2020.

BRASIL. CASA CIVIL. **LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999.** Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>>. Acesso em: 29. mar. 2018.

BRASIL, **Manual Operacional de Educação Integral Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica Diretoria de Currículos e Educação Integral** Brasília/DF 2013.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **A implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília, DF: CGEA: Secad: MEC, 1998.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais Meio Ambiente – PCNs**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf >>. Acesso: 17 abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, cria o Sistema Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006; Disponível em: <<http://www.seaster.pa.gov.br/sites/default/files/lei_organica_de_seguranca_alimentar_e_nutricional_losan_no_11.346_de_15_de_setembro_de_2006_cria_o_sisan_nacional.pdf>> Acesso: 17 abr. 2019.

BRASIL. LEI Nº 11.947 Disponível em: < www.planalto.gov.br/ccivil.../**Lei**/L11947.htm > Acesso em: 10 maio. 2010.

BUSQUETS, M. D. *et al.* **Temas transversais em educação** – Bases para uma formação integral. 1997. 4. ed. São Paulo: Ática.

CANUTO, J. C; CARMO. M.S. 3-Agricultura Familiar In:__INSTITUTO, Giramundo Mutuando/Programa de Extensão Rural Agroecológica – PROGERA. **Desenvolvimento Rural Sustentável**/ CANUTO, J. C. Botucatu/SP; Giramundo, 2009.

CAPRA, F. MICHAEL, K. S.; e ZENOBIA B. (orgs.). **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável.** São Paulo. Cultrix, 2006.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília: 2009. 30 p.

CAPORAL, F. R. **Extensão Rural e Agroecologia**: para um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Recife, p. 503, 2015

CARVALHO, L. M. de; TOMAZELLO, M. G. C.; OLIVEIRA H. T. de. Pesquisa em Educação Ambiental: panorama da produção brasileira e alguns de seus dilemas. *In:* Cadernos do Cedes/Centro de **Estudos Educação Sociedade**-vol. 1n1 (1980) São Paulo. Cortez, Campinas, Cedes, 1980.

CAVALCANTE, L. P. S. O movimento ambientalista e desenvolvimento sustentável: contributos para uma reflexão crítica. *In:* **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 109, fev 2013. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/%3C?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12798 >. Acesso em: 07 maio. 2019.

CHAVES, L. G. **Políticas de Alimentação Escolar** / Lorena Gonçalves Chaves e Rafaela Ribeiro de Brito – Brasília: Centro de Educação a Distância – CEAD, Universidade de Brasília, 2006.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CONTI, I. L. SCHROEDER, E. O. **Convivência com o Semiárido Brasileiro:** Autonomia e Protagonismo Social / Irio Luiz Conti e Edni Oscar Schroeder (organizadores). Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS/REDEgenteSAN / Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS / Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento AECID / Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2013.

COSTA, E. de Q.; RIBEIRO, V. M. B.; RIBEIRO, E. C. de O. **Programa de alimentação escolar**: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. *Rev. Nutr.* [online]. 2001, vol.14, n.3, pp.225-229. ISSN 1678-9865. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1415-52732001000300009. Acesso em: 09. jun. 2020.

DESLANDES, S. F. GOMES, R. MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Política e educação.** 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, A. L. S. de. Curiosidade epistemológica. *In*: STECK, D; REDIN, E; ZITKOSKI, J. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo Autêntica. 2010.

FRANCO, M. A. do R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. *Rev. Bras. Estud. Pedagog.* [online]. 2016, vol.97, n.247, pp.534-551. ISSN 0034-7183. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s2176-6681/288236353. Acesso em: 15 jun.2018

GADOTTI, M. Pressupostos do projeto pedagógico. *In:* MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo :UNESP, 1991.

GONÇALVES, H. de A. **Manual de metodologia da pesquisa cientifica**. 2. ed. São Paulo. Avercamp, 2005.

GUZMAN, E., WOODGATE, G. **Agroecology: foundations in agrarian social thought and sociological theory.** Agroecology and Sustainable Food Systems, vol. 37, p. 32-44, 2013.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFF, E. **A Complexidade Ambiental**. Cortez: São Paulo, 2003.

LIPAI, E. M. LAYRARGUES, P. P. PEDRO, V. V. Educação ambiental na escola *In:* **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola** / [Coordenação: Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber]. – Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da

cidadania ecológica e planetária. *In*: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P; CASTRO, R. S. (orgs.). **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p.73-103.

LOUREIRO, C.F.B. **Sustentabilidade e Educação- um olhar da ecologia política.** São Paulo: Cortez,2012- (Coleções da nossa época; v.39).

LOUREIRO, C. F. B. Teoria social e questão ambiental. *In*: LOUREIRO, C. F. B.; LAYARGUES, P.P.; CASTRO, R. S. (org.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2012, cap. I, 17-54 p.

LOUREIRO, C. F. B. **Complexidade E Dialética:** Contribuições à Práxis Política e Emancipatória em Educação Ambiental**.** Educação & Sociedade, vol. 26, núm. 93, septiembre-diciembre, 2005, pp. 1473-1494. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Campinas, Brasil. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 18 jan. 2019.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola** / [Coordenação: Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber]. – Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

LOUREIRO, C. F. B.; COSSÍO, M. F. B. Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas In: **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola** / [Coordenação: Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber]. – Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

MACEDO, R. L. G. **Percepção e Conscientização Ambiental**. Lavras/MG: UFLA/FAEPE, 2000.132 p.

MORIMOTO, I. A.; SORRENTINO, M. **Popularização do Direito Ambiental: uma proposta de política pública voltada à prevenção de danos e ilícitos ambientais.** / Isis Akemi Morimoto; Marcos Sorrentino. São Paulo, 2016.

MUTIM, A. L. B. **Uma práxis transdisciplinar em educação ambiental**. Cadernos do CEDES (UNICAMP), São Paulo, v. n.º 29, 1993.

MUTIM, A. L. B. **Educação Ambiental e Gestão de Sociedades Sustentáveis:** análise da articulação de processos educativos formais e não formais como estratégia para a gestão do desenvolvimento local sustentável. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, v. 16, n. 28, jul/dez, Salvador: UNEB, 2007.

MUTIM, A. L. B. **Educação profissional, território e sustentabilidade**/Avelar Luís Bastos Mutim, Célia Tanajura Machado e Aline de Oliveira Costa Santos – Curitiba: CRV, 2018. 356p.

NETTO, D. **Projeto Horta Educativa. Espírito Santo**: CST Arcelor, 2006. Disponível em: <http://unimundos.org.br/pesquisa/projeto_horta_educativa_1.pdf.>. Acesso em: 20 jul.2015.

OLIVEIRA, H. T. de. Ser ou não ser uma disciplina: essa é a principal questão?!. In: **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola / [Coordenação: Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber]. – Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

REIGOTA, M**. O que é educação ambiental**. São Paulo. Brasiliense, 2001.

REIGOTA, M**. Meio ambiente e representação social**. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2004.

ROCHA, S. F. M.; ROCHA, J. H. M. V. A interdisciplinaridade em Paulo Freire: reflexões em defesa do diálogo disciplinar na educação. Disponível em: http://coloquio.paulofreire.org.br/participacao/index.php/coloquio/viii-coloquio/paper/viewFile/240/311. Acesso em: 17 mar. 2020.

RESOLUÇÃO CEE Nº 11, DE 17 DE JANEIRO DE 2017. **O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**, SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA.

SANTOS, S. T. S.; GAMA, E. V. Reconhecimento diferenciação do espaço escola–comunidade e a qualidade da alimentação escolar. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018. Disponível em: http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/issue/view/1. Acesso em: 05 set. 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO, CULTURA, DESPORTO E LAZER, DISCIPLINA: Educação Ambiental Proposta Pedagógica 2019.

SEVILLA GUZMÁN, E.; WOODGATE, G. Agroecología: Fundamentos del pensamiento social agrario y teoría sociológica. Agroecología. Madrid, n. 8, p. 27-34, 2013

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável**, **2005-2014**: documento final do esquema internacional de implementação, Brasília, Brasil, 2005. 120 p.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação:** a observação. Brasília: Plano Editora, 2003.

ZANCUL, M.S.; DUTRA de OLIVEIRA, J.E. Considerações sobre ações atuais de educação alimentar e nutricional para adolescentes. Alim. Nutr., Araraquara, v.18, n.2, p.223-227, abr./jun.2007. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104042/zancul_ms_dr_arafcf.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 09 jun. 2020.

DISSERTAÇÕES:

(Dissertação de Mestrado) GUIMARÃES, Luís Geraldo Leão. **Produzir e preservar no Projeto de Assentamento Agroextrativista São Francisco:** Contribuições da educação

ambiental/Luís Geraldo Leão Guimarães. Salvador-2015. 114 f.: il.

(Dissertação de Mestrado) PAZ, Marília dos Santos da Silva. **Educação Ambiental em escolas do campo:** Possibilidades e Desafios/Marília dos Santos da Silva. Salvador - BA [Dissertação de Mestrado] Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Bahia, 2017.

(Dissertação de Mestrado) ROCHA, Marilene Simões da **Educação Ambiental e Agroecologia na Agricultura Familiar:** uma contribuição para o Desenvolvimento Sustentável no Território de Irecê-Ba / Marilene Simões da Rocha. Salvador. [Dissertação de Mestrado] Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Bahia, 2014.

(Tese de Doutorado) – SODRÉ, Maria Lúcia da Silva. **Às margens do Velho Chico:** o projeto inconcluso do Incra e as consequências para o modo de vida das famílias ribeirinhas assentadas no PAE-SF / Maria Lúcia da Silva Sodré. – Recife, 2008. Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia. Recife, 2008.

SITES:

BRASIL, SITE FNDE, 2020, on-line, HISTÓRICO. Acessado em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>>Data de acesso: 05/06/2020

Centro de Documentação e Informação Luiz Henrique Dias Tavares. Disponível em: http://www.ppgeduc.uneb.br/index.php/teses-dissertacoes/> Acesso em: 22 abr.2018.

Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas – COOMAFITT. Disponível em: < http://www.coomafitt.com.br/nossa-historia> Acesso em 20 de agosto de 2019.

Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoas de Nível Superior – CAPES. Sistema de Disseminação de Informações – SDI. Acessado em: http://sdi.capes.gov.br/>>. Acesso em: 26 maio. 2019.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-repasses-financeiros>> Acesso em: 07 abr. 2019.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, 2018. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae. Acesso em: 07 abr. 2019.

GRUPO DE PESQUISA- GeografAR. Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho. Universidade Federal da Bahia. Acessado em: https://geografar.ufba.br/projeto-especial-de-colonizacao-serra-do-ramalho>. Acesso em: 11 mar. 2020.

Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental e Gestão Social dos Territórios - GEPET, Acessado em: http://gepet.uneb.br/>> Acesso em: 10 set. 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**.** Catálogo – Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PeNSE: 2015. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-

catalogo?view=detalhes&id=297870>> Acesso em: 28 maio. 2019.

IBGE. Cidades, coordenadas geográficas: Oeste - 2015. Disponível em: https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-serra-do-ramalho.html>> Acesso em: 28 maio. 2018.

MAPA TERRITÓRIO VELHO CHICO,
<<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bahia_Mesoregions.svg>> /
<<http://velhochicocultura.blogspot.com/2010/07/territorio-velho-chico-em-versos.html>>
Acesso em: 02 de abril. 2019.

APÊNDICES

Apêndice A - Estado da Arte

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO LUIZ HENRIQUE DIAS TAVARES

Localização

UNEB - Universidade do Estado da Bahia.

CPEDR - Centro de Pesquisa em Educação e Desenvolvimento Regional

CDI - Centro de Documentação e Informação.

Quadro - 01 estado da arte: Educação Ambiental

EDUCAÇÃO AMBIENTAL				
Quantidade	Universidade	Tipo	Programa	Local/ PERÍODO
22	Universidade do Estado da Bahia.	Dissertações	PPGEDuC GESTEC	*Salvador, 2014* - 2018

Fonte: Centro de Documentação e Informação – UNEB - Quadro montado pela autora. 2019.

SISTEMA DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES - SDI

Localização

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas - CAPES – sdi.capes.gov.br

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES

Quadro 02 - estado da arte: Alimentação Escolar

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR				
Quantidade	Universidade	Tipo	Programa	Local/ PERÍODO
62	Universidade de São Paulo	Dissertação	/	Guarulhos / São Paulo, 2014-2018
28	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	dissertação	/	Pau dos Ferros /Rio Grande do Norte, 2014-2018
24	Universidade Federal do Espírito Santo	dissertação	/	São Mateus/Espírito Santo, 2014-2018
22	Universidade Rio	dissertação	/	Porto Alegre/ Rio

	Grande do Sul			Grande do Sul, 2014-2018
19	Universidade Pitágoras – Unopar	dissertação	/	Londrina, 2014-2018
12	Universidade Federal de Santa Maria	dissertação	/	Santa Maria, 2014-2018
12	Universidade Federal do Rio Grande	dissertação	/	Porto Alegre/ Rio Grande, 2014-2018
12	Universidade Estadual do Paraná - Reitoria	dissertação	/	Paranavaí/Paraná, 2014-2018
10	Universidade do Estado da Bahia	dissertação	/	Juazeiro/Bahia, 2013-2018
10	Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social	dissertação	/	Lajeado/Rio Grande do Sul, 2014-2018
09	Universidade Cruzeiro do Sul	dissertação	/	São Paulo, 2014-2018
08	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	dissertação	/	São Gonçalo/Rio de Janeiro, 2014-2018
08	Universidade Norte do Paraná	dissertação	/	Londrina, 2014-2018
07	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	dissertação	/	Foz do Iguaçu /Paraná, 2014-2018
06	Universidade Federal Fluminense	dissertação	/	Santo Antônio de Pádua/Rio de Janeiro, 2014-2018
03	Universidade Estadual do Paraná – Reitoria	dissertação	/	Paranavaí / Paraná, 2014-2018
01	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (São José do Rio Pardo)	dissertação	/	São José do Rio Pardo/ São Paulo, 2014-2018
01	Faculdade Pequeno Príncipe	dissertação	/	Curitiba, 2014-2018

Fonte: CAPES- data de acesso: 31/08 a 17/10/2018 - Quadro montado pela autora.

Apêndice B - Roteiro de entrevista para a GESTORA (diretora da unidade escolar)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

MESTRADO - Educação e Contemporaneidade
L03 - Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável.
ORIENTADOR - Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim
MESTRANDA - Simone Teles da Silva Santos

A base de toda a sustentabilidade é o desenvolvimento humano que deve contemplar um melhor relacionamento do homem com os semelhantes e a Natureza.
(Nagib Anderáos Neto)

Data /____/____/2019

TÍTULO DA PESQUISA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO - BA

FINALIDADE DA PESQUISA: Analisar a relação entre as políticas de Educação Ambiental e da Alimentação escola tendo como referência as percepções dos agentes sociais envolvidos no processo educativo.

ROTEIRO ENTREVISTA GESTORA

PERFIL DOS ENTREVISTADOS:

GÊNERO:
FAIXA ETÁRIA:
OCUPAÇÃO:
ESCOLARIDADE:

QUESTÕES:

A escola propicia condições para que ocorra a Educação Ambiental a convergência com a Educação Alimentar?
A escola garante as condições para possibilitar o ensino de Educação Ambiental e o acesso regular a uma alimentação saudável?
De que maneira a educação Ambiental pode ser promotora do ensino e da aprendizagem sobre Alimentação Saudável?
Como a alimentação escolar pode contribuir para a melhoria das condições nutricionais de crianças e jovens?
Qual a relação entre a Educação Ambiental alinhada à Alimentação Escolar?

Apêndice C - Roteiro de entrevista para a PROFESSORA (disciplina de Educação Ambiental**)**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

MESTRADO - Educação e Contemporaneidade
L03 - Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável.
ORIENTADOR - Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim
MESTRANDA - Simone Teles da Silva Santos

A base de toda a sustentabilidade é o desenvolvimento humano que deve contemplar um melhor relacionamento do homem com os semelhantes e a Natureza.
(Nagib Anderáos Neto)

Data /____/____/2019

TÍTULO DA PESQUISA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO - BA

FINALIDADE DA PESQUISA: Analisar a relação entre as políticas de Educação Ambiental e da Alimentação escola tendo como referência as percepções dos agentes sociais envolvidos no processo educativo.

ROTEIRO ENTREVISTA PROFESSORA

PERFIL DOS ENTREVISTADOS:
GÊNERO:
FAIXA ÉTARIA:
OCUPAÇÃO:
ESCOLARIDADE:

QUESTÕES:

São abordados no ensino os conteúdos da disciplina de Educação Ambiental e a questão da Alimentação Escolar?
Os conteúdos abordados apresentam vinculação com a realidade dos estudantes?
De que maneira educação Ambiental pode ser promotora do ensino e da aprendizagem sobre Alimentação Saudável?
Como a alimentação escolar pode contribuir para a melhoria das condições nutricionais de crianças e jovens?
Qual a relação entre a Educação Ambiental alinhada à Alimentação Escolar?

De que maneira o diálogo sobre Educação Ambiental na instituição escolar pode colaborar para minimizar o excesso de consumo de produtos industrializados? E qual a importância desta mudança para a comunidade?
De que forma a abordagem da relação entre Educação Ambiental e Alimentação Escolar pode ser concretizada pela escola e pelo corpo docente junto aos educandos e a comunidade?

Apêndice D - Roteiro de entrevista para COORDENADORES (disciplina de Educação Ambiental)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

MESTRADO - Educação e Contemporaneidade
L03 - Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável.
ORIENTADOR - Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim
MESTRANDA - Simone Teles da Silva Santos

A base de toda a sustentabilidade é o desenvolvimento humano que deve contemplar um melhor relacionamento do homem com os semelhantes e a Natureza.
(Nagib Anderáos Neto)

Data /____/____/2019

TÍTULO DA PESQUISA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO - BA

FINALIDADE DA PESQUISA: Analisar a relação entre as políticas de Educação Ambiental e da Alimentação escolar tendo como referência as percepções dos agentes sociais envolvidos no processo educativo.

ROTEIRO ENTREVISTA COORDENADOR

PERFIL DOS ENTREVISTADOS:
GÊNERO:
FAIXA ÉTARIA:
OCUPAÇÃO:
ESCOLARIDADE:

QUESTÕES:

Como a proposta referida na Lei Nº 11.947/09 de atendimento à Alimentação Escolar é desenvolvida na escola?
Como a Educação Ambiental é desenvolvida na escola?
A Alimentação escolar está inclusa no processo de ensino e de aprendizagem e nessa conformidade perpassa pelo currículo?
A proposta curricular apresenta estrutura que propicie o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva de segurança alimentar?
Há na escola propostas que contemplem e garante a promoção e o incentivo de Educação Alimentar, atendendo as diretrizes estabelecidas na lei?
Existe na escola EMBG, sobre Educação Ambiental e Alimentação Escolar alguma proposta de ensino e aprendizagem?

De que maneira a educação Ambiental pode ser promotora do ensino e da aprendizagem sobre Alimentação Saudável?
Qual a relação entre a Educação Ambiental alinhada à Alimentação Escolar?
De que forma a abordagem desta relação entre Educação Ambiental e Alimentação Escolar pode ser concretizada pela escola e pelo corpo docente junto aos educandos e a comunidade?

Apêndice E - Roteiro entrevista para ESTUDANTE

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

MESTRADO - Educação e Contemporaneidade
L03 - Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável.
ORIENTADOR - Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim
MESTRANDA - Simone Teles da Silva Santos

A base de toda a sustentabilidade é o desenvolvimento humano que deve contemplar um melhor relacionamento do homem com os semelhantes e a Natureza.
(Nagib Anderáos Neto)

Data /____/____/2019

TÍTULO DA PESQUISA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO - BA

FINALIDADE DA PESQUISA: Analisar a relação entre as políticas de Educação Ambiental e da Alimentação escola tendo como referência as percepções dos agentes sociais envolvidos no processo educativo.

ROTEIRO ENTREVISTA ESTUDANTE

PERFIL DOS ENTREVISTADOS:
GÊNERO:
FAIXA ÉTARIA:
OCUPAÇÃO:
ESCOLARIDADE:

QUESTÕES:

Os conteúdos de Educação Ambiental contribuem para o acréscimo dos conhecimentos sobre alimentação saudável?
Como a alimentação escolar pode contribuir para a melhoria das condições nutricionais dos estudantes?
Qual a relação entre a Educação Ambiental e a Alimentação Escolar?
Os conteúdos de Educação Ambiental e de Alimentação Escolar trabalhados contribuem para compreensão de uma realidade a qual está inserido?
De que maneira o diálogo sobre Educação Ambiental na instituição escolar pode colaborar para minimizar o excesso de consumo de produtos industrializados? E qual a importância desta mudança para a saúde e para a comunidade local?
De que forma a abordagem da relação entre Educação Ambiental e Alimentação Escolar pode ser concretizada pela escola e pelo corpo docente junto aos educandos e a comunidade?

Apêndice F - Roteiro de entrevista para pais e responsáveis (de estudantes matriculados na unidade escolar)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

MESTRADO - Educação e Contemporaneidade
L03 - Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável.
ORIENTADOR - Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim
MESTRANDA - Simone Teles da Silva Santos

A base de toda a sustentabilidade é o desenvolvimento humano que deve contemplar um melhor relacionamento do homem com os semelhantes e a Natureza.
(Nagib Anderáos Neto)

Data /____/____/2019

TÍTULO DA PESQUISA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO - BA

FINALIDADE DA PESQUISA: Analisar a relação entre as políticas de Educação Ambiental e da Alimentação escola tendo como referência as percepções dos agentes sociais envolvidos no processo educativo.

ROTEIRO ENTREVISTA PAIS E RESPONSÁVEIS

PERFIL DOS ENTREVISTADOS:
GÊNERO:
FAIXA ÉTARIA:
OCUPAÇÃO:
ESCOLARIDADE:

QUESTÕES:

Que influência você tem na formação dos hábitos alimentares de seus filhos?
Preconizam que seus filhos só comam alimentos industrializados?
É agricultora/agricultor? Já forneceu em algum momento alimentos para a escola?
Preconiza que seus filhos só comam alimentos produzidos em suas propriedades considerando os hábitos alimentares?
São famílias desapropriadas por causa da construção da Barragem de sobradinho e assentadas nessa comunidade? Como você se reconhece? Como camponês/camponesa e ribeirinhos/ ribeirinha ou agricultor/agricultora? Ou não gosta desses adjetivos?
Como a alimentação escolar pode contribuir para a melhoria das condições nutricionais dos

estudantes?
Participa ou já participou da elaboração de propostas para melhoria na Alimentação Escolar?
De que maneira, o diálogo sobre Educação Ambiental na instituição escolar pode colaborar para minimizar o excesso de consumo de produtos industrializados? E qual a importância desta mudança para a comunidade local?
De que forma a abordagem da relação entre Educação Ambiental e Alimentação Escolar pode ser concretizada pela escola e pelo corpo docente junto aos educandos e a comunidade?

Apêndice G - Roteiro de análise de documentos

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

MESTRADO - Educação e Contemporaneidade
L03 - Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável.
ORIENTADOR - Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim
MESTRANDA - Simone Teles da Silva Santos

A base de toda a sustentabilidade é o desenvolvimento humano que deve contemplar um melhor relacionamento do homem com os semelhantes e a Natureza.
(Nagib Anderáos Neto)

Data /____/____/2019

TÍTULO DA PESQUISA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO - BA

FINALIDADE DA PESQUISA: Analisar a relação entre as políticas de Educação Ambiental e da Alimentação escola tendo como referência as percepções dos agentes sociais envolvidos no processo educativo.

ROTEIRO PARA ANÁLISE DE DOCUMENTOS

1 - Cardápio de alimentação escolar: Contempla a alimentação saudável e respeitas os hábitos alimentares locais?

2 - Proposta curricular: e o que se refere ao ensino de Educação Ambiental e Alimentação Escolar: A Alimentação escolar está inclusa no processo de ensino e de aprendizagem e nessa conformidade perpassa pelo currículo? De que maneira? Como está retratada?

3 - Plano de alimentação saudável e nutricional da escola: a unidade escolar tem um plano de alimentação saudável e nutricional? O que contém, ou quais propostas apresenta esse plano para ressignificar hábitos alimentares e retratar a cultura alimentar local?

4 - Planos de aulas e projetos sobressalentes: em relação à Educação Ambiental e Alimentação Escolar como são retratados os conteúdos e desenvolvidas a teoria e a prática?

5 – Projeto Político Pedagógico: Contempla propostas de Educação Ambiental e Alimentação Escolar como são retratados?

Apêndice H - Roteiro de observação

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

MESTRADO - Educação e Contemporaneidade
L03 - Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável.
ORIENTADOR - Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim
MESTRANDA - Simone Teles da Silva Santos

A base de toda a sustentabilidade é o desenvolvimento humano que deve contemplar um melhor relacionamento do homem com os semelhantes e a Natureza.
(Nagib Anderáos Neto)

Data /____/____/2019

TÍTULO DA PESQUISA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO - BA

FINALIDADE DA PESQUISA: Analisar a relação entre as políticas de Educação Ambiental e da Alimentação escola tendo como referência as percepções dos agentes sociais envolvidos no processo educativo.

ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO

1 – Estrutura da escola;
2 – Organização escolar;
3 – Comportamento dos estudantes durante o servir da alimentação escolar
4 – Comportamento dos estudantes durante o horário de intervalo
5 – Comportamento dos estudantes, professores e professoras durante as 4 horas de aula.
5 – Recebimento de alimentos na escola para a alimentação escolar;
6 - Origem dos alimentos na escola recebidos para a alimentação escolar;
7 – Composição, tipo, e aspecto dos alimentos na escola recebidos para a alimentação escolar;

Apêndice I - Roteiro de entrevista para a PROFESSORA/PROFESSOR (que não desenvolve a disciplina de Educação Ambiental)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE

MESTRADO - Educação e Contemporaneidade
L03 - Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável.
ORIENTADOR - Prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim
MESTRANDA - Simone Teles da Silva Santos

A base de toda a sustentabilidade é o desenvolvimento humano que deve contemplar um melhor relacionamento do homem com os semelhantes e a Natureza.
(Nagib Anderáos Neto)

Data /____/____/2019

TÍTULO DA PESQUISA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SERRA DO RAMALHO - BA

FINALIDADE DA PESQUISA: Analisar a relação entre as políticas de Educação Ambiental e da Alimentação escola tendo como referência as percepções dos agentes sociais envolvidos no processo educativo.

ROTEIRO ENTREVISTA PROFESSORA/PROFESSOR

PERFIL DOS ENTREVISTADOS:

GÊNERO:
FAIXA ÉTARIA:
OCUPAÇÃO:
ESCOLARIDADE:

QUESTÕES:

De que maneira a educação Ambiental pode ser promotora do ensino e da aprendizagem sobre Alimentação Saudável?
Como a alimentação escolar pode contribuir para a melhoria das condições nutricionais de crianças e jovens?
Qual a relação entre a Educação Ambiental e a Alimentação Escolar?
De que maneira o diálogo sobre Educação Ambiental na instituição escolar pode colaborar

para minimizar o excesso de consumo de produtos industrializados? E qual a importância desta mudança para a comunidade?
De que forma a abordagem da relação entre Educação Ambiental e Alimentação Escolar pode ser concretizada pela escola e pelo corpo docente junto aos educandos e a comunidade?

ANEXO

Anexo A - PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_3789124-4

UNIVERSIDADE DO ESTADO
DA BAHIA - UNEB

Continuação do Parecer: 3.789.124

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Na perspectiva da normativa, conforme segue:

1 – Termo de compromisso do pesquisador responsável: Em conformidade com a normativa;

2 – Termo de confidencialidade: Em conformidade;

3 – A autorização institucional da proponente: Em conformidade

4 – A autorização da instituição coparticipante: Em conformidade.

5 - Folha de rosto: Em conformidade;

6 – Modelo do TCLE: Em conformidade;

7 - Declaração de concordância com o desenvolvimento do projeto de pesquisa: Em conformidade;

08 – Cronograma: Em conformidade;

09 – Orçamento: Em conformidade;

10- Termo de concessão: Em conformidade;

11- Instrumento de coleta de dados: Em conformidade.

12- Projeto de Pesquisa: Em conformidade;

13- Termo de Assentimento de Menor: Em conformidade;

Recomendações:

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após a análise consideramos que o projeto encontra se aprovado para a execução uma vez que atende ao disposto nas resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos não havendo pendências ou inadequações a serem revistas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
Bairro: Cabula **CEP:** 41.195-001
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3117-2399 **Fax:** (71)3117-2399 **E-mail:** cepuneb@uneb.br

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

SALVADOR, 23 de Dezembro de 2019

Assinado por:
Aderval Nascimento Brito
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555
Bairro: Cabula **CEP:** 41.195-001
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3117-2399 **Fax:** (71)3117-2399 **E-mail:** cepuneb@uneb.br